



Índice

- 01** [Indígenas desocupam prédio da Prefeitura, após negociação](#)
- 02** [Justiça Federal anula licença para projeto Volta Grande de Mineração](#)
- 03** [TV australiana é condenada por racismo contra tribo indígena do Brasil](#)
- 04** [MPF quer indenização em R\\$1,4 mi por morte de indígenas na BR-463](#)
- 05** [Resposta do povo Kaingang ao Ministério da Justiça e aos governos é dada em forma de marcha no Rio Grande do Sul](#)
- 06** [Governo da Bolívia lança 'relógio do sul' em sentido anti-horário](#)
- 07** [Governo do Estado e entidades buscam soluções para combater alcoolismo nas aldeias Xerente do Tocantins](#)
- 08** [Urgente: Pistoleiros instalam Estado de sítio no oeste da Bahia](#)
- 09** [Servidores e indígenas do Amazonas são capacitados](#)
- 10** [Índios de reserva em TO vão ao DF ver o jogo de Portugal na Copa](#)
- 11** [Tribos indígenas do Garantido vão misturar carimbó eboi-bumbá na arena](#)
- 12** [Audiência pública discute situação dos quilombolas no Estado de São Paulo](#)
- 13** [MA – Desembargador Jamil Gedeon matém decisão favorável a povoados tradicionais em Codó](#)
- 14** [Carta de amor, por Claret Fernandes*](#)



- 15 Indígenas do Pará aguardam demarcação de terra autorizada pela Justiça em 2011
- 16 Governo e entidades buscam soluções para combater alcoolismo nas aldeias Xerente do Tocantins
- 17 MPF desmente emissão de CPF a índios paraguaios
- 18 Documento-Base da Articulação Nacional de Quilombos
- 19 Antropólogo dispara sobre causas indígenas: "O preconceito étnico-racial é assustador em Dourados" [Ótima!]
- 20 MPF/MS esclarece falsa notícia divulgada pelo Canal Rural
- 21 Índios denunciam descaso
- 22 Terra Indígena Buriti: apenas 28% estão garantidos até o momento. E o restante, Ministro Cardozo?
- 23 Vídeo em homenagem ao Dia do Pescador e da Pescadora Artesanal
- 24 Quilombolas de Palmeirinha/MG concretizam projeto arquitetônico e social desenvolvido pela própria comunidade
- 25 Buraco de Rato: Mídia Ninja lança documentário sobre crimes de empresa mineradora
- 26 Cem anos do contato: Uma crônica de amor, por Elaine Tavares [tocante!]
- 27 Estado promove intercâmbio cultural de artesanato com Indígenas Potiguaras em Campina Grande
- 28 Indígenas do Pará aguardam demarcação de terra autorizada pela Justiça em 2011



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

-
- 29** [Funcionários brasileiros alertam sobre morte “iminente” de índios isolados](#)
 - 30** [Ufopa realiza aulas de línguas indígenas](#)



Indígenas desocupam prédio da Prefeitura, após negociação

SÍTIO G1/SANTARÉM, 25.06.2014

*Será criado um fórum permanente para discutir a questão indígena.
Índios ocupavam Prefeitura desde a manhã de terça-feira (24).*

Os indígenas que estavam ocupando o prédio da Prefeitura de Santarém, oeste do Pará, desde terça-feira (24), saíram do local, após reunião com o prefeito Alexandre Von para negociar as reivindicações a respeito da educação indígena no município.

A reunião aconteceu na tarde desta quarta-feira (25), na sede da Secretaria Municipal de Educação, com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público Federal (MPF).

Durante a reunião, ficou definida a criação de fórum permanente para discutir a questão indígena no próximo dia 15 de julho na sede do MPF.

Em relação à questão das escolas indígenas que não são reconhecidas, o prefeito garantiu que vai pedir a inclusão desses estabelecimentos junto ao Ministério da Educação até a próxima sexta-feira (27).

Justiça Federal anula licença para projeto Volta Grande de Mineração
SÍTIO G1/PA, 25.06.2014

*Mineradora do Canadá não fez estudo do impacto sobre indígenas da área.
Sentença suspendeu projeto de mineração no rio Xingu, em Altamira.*



Conduta da mineradora Belo Sun "acarreta grave violação à legislação ambiental e aos direitos dos indígenas", diz juiz federal. (Foto: Divulgação/ Belo Sun)

A Justiça Federal publicou nesta quarta-feira (25) sentença em que confirma a suspensão do licenciamento ambiental do projeto Volta Grande de Mineração, planejado pela mineradora canadense Belo Sun para a mesma região onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. A decisão confirma a liminar de novembro do ano passado.

A sentença também anulou a licença prévia expedida para o projeto. A expedição da licença havia sido anunciada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) do Estado do Pará em dezembro de 2013.

O projeto Volta Grande de mineração é anunciado pelos empreendedores como o maior do Brasil. O plano é instalar a mina em Senador José Porfírio, a aproximadamente 10 km de distância da barragem de Belo Monte. A empresa Belo Sun, do grupo canadense Forbes&Manhattan, divulgou aos investidores que extrairá, em 12 anos, 50 toneladas de ouro.

Impacto socioambiental

CONT.



Assim como na decisão liminar, do juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes, a sentença assinada pelo juiz federal Cláudio Henrique Fonseca de Pina condicionou o licenciamento à elaboração prévia, pela mineradora, do estudo de componente indígena, parte do Estudo de Impacto Ambiental que trata dos impactos do projeto sobre os povos indígenas, seguindo as orientações da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo a sentença, as provas apresentadas no processo — iniciado a partir de ação do Ministério Público Federal (MPF) — mostram que é “fato incontroverso” que o projeto causará impactos para índios da região, especificamente para os povos das Terras Indígenas Paquçamba, Arara da Volta Grande e Ituna/Itatá, “com reflexos negativos e irreversíveis para a sua qualidade de vida e patrimônio cultural”.

“A condução do licenciamento ambiental sem a necessária e prévia análise do componente indígena acarreta grave violação à legislação ambiental e aos direitos dos indígenas”, diz a sentença. “Soma-se a isso a circunstância de que as sobreditas terras indígenas também estão sob a área de influência da UHE Belo Monte, o que exige ainda muito mais cautela na avaliação e dimensão dos impactos do empreendimento em destaque para as comunidades indígenas afetadas”, ressaltou o juiz federal.

A Secretaria de Meio Ambiente do Pará, responsável pelo licenciamento, chegou a argumentar na Justiça Federal que os estudos de impactos sobre os indígenas poderiam ficar para fases posteriores, com base na Portaria Interministerial 414/2011, que estabelece parâmetros com base nas distâncias entre territórios de povos tradicionais e empreendimentos que os impactam. Para a Sema, exigir o estudo indígena seria “penalizar o empreendedor e restringir o desenvolvimento socioeconômico que o empreendimento propõe”.

O juiz Cláudio Henrique Fonseca de Pina refutou: “a referida portaria deve ser vista como parâmetro, e não como norma absoluta, de sorte que, a depender das peculiaridades do caso, os limites nela fixados não serão aplicáveis”. Para ele, no caso da Belo Sun, “a excepcionalidade restou devidamente caracterizada, na medida em que a área encontra-se sob influência de outro empreendimento de elevado porte e impacto ambiental e socioeconômico”.

Exigir todos os estudos é, de acordo com a sentença, “medida de acautelamento e precaução imprescindível para o dimensionamento mais precisos dos impactos a serem causados na população indígena do oeste do Pará, já substancialmente impactada pelos empreendimentos em curso na região”



TV australiana é condenada por racismo contra tribo indígena do Brasil

SÍTIO R7, 25.06.2014

Canal disse que índios são "assassinos de crianças" durante matéria veiculada em 2011

A emissora australiana Channel 7 foi considerada culpada de racismo por ter transmitido uma reportagem sobre uma tribo amazônica brasileira chamada Suruwaha, na qual dizia que seus membros eram "assassinos de crianças", "reliquias da Idade da Pedra" e "os piores violadores dos direitos humanos do mundo".

Veiculada em 2011, a matéria foi alvo de protestos da Survival International, entidade que defende os direitos dos povos indígenas em todo o planeta.

Distantes de seus países de origem, refugiados revelam seus sonhos para o R7

Conheça os melhores e mais bonitos jardins botânicos do mundo

No ano seguinte, a Autoridade de Comunicações e Mídia da Austrália (Acma) condenou o canal por provocar "uma intensa aversão e um grave desprezo contra uma pessoa ou grupo" e por ter transmitido material "inexato".

O Channel 7 apresentou um recurso na Corte Federal do país, que nesta quarta-feira (25) confirmou a decisão da Acma.

A reportagem do aventureiro Paul Raffaele e do enviado Tim Noonan dizia, entre outras coisas, que a tribo suruwaha "acredita que os bebês nascidos com defeitos congênitos ou de mãe solteira são espíritos malignos e devem ser mortos da maneira mais terrível possível".

A matéria afirmava também que os "pobres recém-nascidos" eram deixados na selva para serem comidos vivos por animais selvagens, ou então eram enterrados com vida.

"Os povos indígenas são acusados de barbáries desde a chegada dos primeiros colonizadores, que desse modo tentavam justificar as crueldades do imperialismo", diz um comunicado assinado pelo diretor da Survival International, Stephen Corry.



MPF quer indenização em R\$1,4 mi por morte de indígenas na BR-463
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 25.06.2014

Recusa do Estado em instalar placas de sinalização e redutores de velocidade contribuiu para morte de 3 índios nos últimos meses. Ao todo, 8 indígenas do acampamento Curral do Arame perderam a vida em atropelamentos.

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul ajuizou ação civil pública contra o Governo do Estado e a Agência Estadual de Empreendimentos (AGESUL) para a adoção de medidas que aumentem a segurança da BR-463, no trecho entre Dourados e Ponta Porã, próximo ao acampamento indígena Curral do Arame - Tekoha Apika'y. Em 4 anos, 8 índios morreram atropelados no local, 5 deles da mesma família, sendo 3 em um período de apenas um ano.

A rodovia, estadualizada por Medida Provisória, está sob responsabilidade do governo de Mato Grosso do Sul há 12 anos. Em setembro de 2012, a AGESUL, questionada pelo MPF sobre o alto índice de atropelamentos no local, afirmou ser a rodovia "segura", com sinalização suficiente, e se recusou a instalar qualquer sinalizador ou redutor de velocidade nos 5 km próximos à comunidade indígena.

Contudo, desde a negativa da agência em adotar medidas preventivas, outros 3 índios morreram atropelados, um deles de apenas 4 anos de idade. "Após a ciência inequívoca da situação de extremo risco, a AGESUL e o Estado de MS concorreram para mais 3 mortes; mortes que, sem dúvida, poderiam ter sido evitadas se os veículos trafegassem em velocidade compatível a lugares habitados", lamenta o MPF.

Na ação ajuizada, o Ministério Público Federal pede - além da instalação de placas de sinalização, de sinalizadores de asfalto e de redutores de velocidade - mais de R\$ 1,4 milhões de reais em danos materiais e danos morais coletivos, pela "omissão irresponsável" da Administração Pública em evitar novos acidentes.

A instituição requisitou também a instauração de inquérito policial para apurar eventual responsabilidade criminal do dirigente da AGESUL pelas mortes ocorridas.

"Com a ação, buscamos a responsabilização do estado e a adoção de medidas, mesmo paliativas, que evitem novas mortes e deem um mínimo de dignidade à comunidade Curral do Arame, que há mais de 10 anos vive na beira da estrada por simplesmente não ter escolha, não ter para onde ir", enfatizou o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida.

Fina faixa de terra

A comunidade indígena Curral do Arame, denominada pelos guarani-kaiowá como "Tekoha Jukeri'y" ou "Tekoha Apika'y", está localizada às margens da BR-463, no trecho entre Dourados e Ponta Porã. Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi



recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicionais. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Em mais de 10 anos de idas e vindas, retomadas e despejos compulsórios, a regularização da comunidade ainda não foi realizada. Apesar da existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPF e a Funai para início do procedimento demarcatório, até o momento, sequer foi constituído Grupo Técnico para os estudos iniciais. "A inércia do Estado tem custado caro à comunidade, que, sem expectativa de regularização fundiária, vive em péssimas condições, arriscando o bem mais precioso de seus integrantes: a vida".

Resposta do povo Kaingang ao Ministério da Justiça e aos governos é dada em forma de marcha no Rio Grande do Sul

SÍTIO CIMI, 25.06.2014



Nesta terça-feira, 24 de junho, cerca de 150 indígenas Kaingang, representando mais de 10 aldeias e acampamentos do RS realizaram uma forte e colorida marcha pelas ruas da cidade de Passo Fundo, localizada na região norte do Estado. Foi desta forma, fazendo ecoar pelas ruas canções de luta e de protesto, que o povo Kaingang deu sua resposta à política de desmonte territorial intitulada de "ajuste de direitos" apresentada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, através das igualmente desastrosas "mesas de diálogo".

A marcha, que iniciou em frente à sede da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena – teve como seus principais destinos o Ministério Público Federal e a sede da Funai – Fundação Nacional do Índio – onde foram protocolados documentos que denunciam a política de redução e desmonte das terras indígenas no estado por parte do MJ e a clara política de criminalização das lideranças indígenas pelos governos federal e estadual. O mesmo documento foi entregue, ainda na mesma manhã, diretamente ao ministro José Cardozo por lideranças Kaingang que estiveram em Brasília.

Desde o início da marcha, o protagonismo dos jovens, que carregavam faixas de protesto, dançavam e entoavam canções tradicionais, chamou a atenção das pessoas que transitavam nas avenidas e ruas de Passo Fundo. Logo atrás, lideranças e demais indígenas engrossavam as fileiras da comitiva indígena. Em frente à sede do Ministério Público Federal o hino nacional

CONT.



foi entoado na língua kaingang enquanto as lideranças cobravam do órgão que este assumisse uma postura mais firme no que se refere à garantia das demarcações dos territórios indígenas, deixando de se postar passivamente, como em momentos tem feito, frente a medidas que ferem de maneira aberta e explícita os direitos dos povos originários, como a tentativa de compra ou redução de terras ao invés de garantir a demarcação de seus territórios tradicionais de acordo com os preceitos constitucionais.

Na sede da Funai, frente ao coordenador regional, Roberto Perin, os indígenas anunciaram, com base no documento entregue, que continuarão o processo de autodemarcação de seus territórios caso o ministro da Justiça não cumpra as medidas já acordadas com os Kaingang em fevereiro deste ano, referente a continuação dos procedimentos demarcatórios de maneira imediata nas terras de Kandoia, Rio dos Índios, Irapuá e Passo Grande do Rio Forquilha. Os Kaingang avançaram na defesa de seus direitos e cobraram da Funai a continuidade dos procedimentos de todas as outras áreas indígenas do Estado, sobretudo dos acampamentos indígenas, que se encontram paralisados. Foi dado o prazo de até dia 07 de agosto para que o ministro José Cardozo cumpra com o prometido e realize reunião no Rio Grande do Sul, junto à presidenta da Funai e as instâncias da justiça que sejam necessárias para assegurar a continuidade dos processos demarcatórios demandados pelos indígenas.

Com este ato, o povo Kaingang denuncia as práticas de perseguição de suas lideranças e desmonte de seus direitos e reafirma a luta pela demarcação de seus territórios mediante a justa e plena indenização dos colonos que foram assentados indevidamente sobre suas terras. O povo Kaingang está em marcha. A decisão volta a estar nas mãos do Ministério da Justiça.

Governo da Bolívia lança 'relógio do sul' em sentido anti-horário

SÍTIO G1, 25.06.2014

'Quem disse que o relógio tem de girar em um único sentido?' perguntou chanceler boliviano ao lançar relógio da fachada da sede do Congresso.

Da BBC



Objeto que adorna a fachada do prédio na capital
La Paz teve a posição dos números invertida
(Foto: AP/BBC)

O relógio da fachada da sede do Congresso boliviano, na capital La Paz, foi alterado para funcionar no sentido anti-horário.

Os ponteiros agora se movimentam à esquerda e a posição dos números, de 1 a 12, foi invertida.

O chanceler boliviano, David Choquehuanca, o apelidou de o "relógio do sul".

Ele disse que a mudança foi implementada para que os bolivianos valorizassem seu patrimônio, questionando as normas pré-estabelecidas e refletindo sobre elas de maneira criativa.

Abordagem criativa

"Quem disse que o relógio tem de girar em um único sentido? Por que nós precisamos obedecer a essa norma? Por que não podemos ser criativos?", questionou Choquehuanca em uma coletiva de imprensa na última terça-feira.

"Não queremos complicar as coisas; apenas devemos ter consciência de que vivemos no sul, não no norte", acrescentou Choquehuanca.

CONT.



Ele também afirmou a repórteres que a Bolívia presenteou delegações estrangeiras presentes na cúpula do G77, na cidade de Santa Cruz, com relógios de mesa no sentido anti-horário.

O presente dado às comitivas tem a forma do mapa da Bolívia e inclui um território que atualmente é alvo de disputa com o Chile. A Bolívia alega que a região, atualmente sob domínio chileno, pertence ao país.

'Ideia ruim'

Questionado se o governo de esquerda da Bolívia poderia tentar expandir o uso dos relógios invertidos, Choquehuanca disse que o 'novo' sistema não será imposto.

"Se você quiser comprar um relógio do sul, fique à vontade, mas se você quer continuar usar o relógio do norte, você pode continuar a fazê-lo", disse ele.

O novo relógio foi recebido com um misto de aval e reprovação por moradores de La Paz.

O engraxate Franz Galarza, que trabalha na Praça Murillo, em frente à sede do Legislativo boliviano, disse à agência de notícias EFE que o novo relógio foi uma "ideia ruim".

"Se eles querem enviar uma mensagem de que o país está mudando, então eles têm de esclarecer essa decisão para o povo, pois todas as pessoas que passam aqui em frente acham que o relógio é defeituoso".

Desde que Evo Morales se tornou presidente da Bolívia, uma série de medidas voltadas para incentivar a herança cultural indígena do país foi tomada. Morales tem descendência indígena Aymara.

O país, por exemplo, passou a adotar oficialmente a whipala, uma bandeira indígena colorida, que é içada sempre ao lado da bandeira verde, vermelha e amarela do país, usada desde o século 19.



Governo do Estado e entidades buscam soluções para combater alcoolismo nas aldeias Xerente do Tocantins

SÍTIO SURGIU, 25.06.2014

Durante a reunião, os líderes da etnia Xerente falaram sobre o problema enfrentado por jovens e adultos dentro das comunidades

Indígenas da Aldeia Funil, de Tocantínia, estiveram nesta terça-feira, 24, em Palmas, na Secretaria de Defesa Social (Seds), participando de reunião com representantes de entidades municipais, estaduais e federais, para debater problemas relacionados ao alcoolismo enfrentado pelas comunidades indígenas nas aldeias Xerente do Tocantins.

"A Secretaria de Defesa Social convidou as instituições envolvidas nesta temática para idealizarmos, juntos, na efetivação de um projeto de recuperação de dependentes do alcoolismo, que possa ser implantado emergencialmente dentro dessas aldeias", explica Magda Valadares, diretora de Ações Sobre Drogas, da Seds.

Durante a reunião, os líderes da etnia Xerente falaram sobre o problema enfrentado por jovens e adultos dentro das comunidades. "Nós viemos aqui mostrar a nossa situação e pedir apoio. Todos nós temos alcoólatras em nossas famílias. Temos casos de pessoas que desaparecem por vários dias, perdidas no vício, e depois voltam para casa em situações muito tristes", relata Levi Xerente. "O problema enfrentado por um de nós dentro da aldeia é um problema que afeta a todos. Queremos, com parcerias, levar para nossa comunidade, para todo o povo akwen, oportunidades de recuperação para quem sofre com esse problema", reforça Romário Xerente.

Depoimento

O vice-cacique Davi Kucanomiré Xerente relatou a própria experiência com o alcoolismo, emocionando os demais participantes. "Neste mês de junho completou sete anos que eu parei de beber. Perdi membros da minha família para o álcool. Depois de muito sofrer, consegui retomar meu caminho, com o apoio do Alcoólicos Anônimos e da Secretaria de Defesa Social, que me ofereceram uma oportunidade. Hoje eu quero retribuir o que recebi, contribuindo da mesma forma com a minha comunidade".

Presente na reunião, Vilmar Xerente, assistente social que atua no Distrito Sanitário Especial Indígena, do Ministério da Saúde, falou sobre as particularidades da cultura indígena. "Esse pedido de apoio, vindo de dentro da comunidade, é algo muito importante e inédito. A problemática vivenciada pelo povo Xerente acontece também nas aldeias das etnias Apinajé, Krahô e outras. Esse projeto que desenvolveremos em parceria, poderá, com o tempo, beneficiar a todos".

CONT.



Propostas

Entre as sugestões apresentadas pelos participantes, escolheu-se pela elaboração de um projeto similar ao realizado pelos Alcoólicos Anônimos, instituído em 12 passos, que poderá ser implantado dentro da aldeia. Sobre a questão, os indígenas propuseram a capacitação de membros da própria comunidade para desenvolver ações preventivas e de tratamento. "Podemos treinar os próprios indígenas para atuar nas aldeias e dar continuidade às ações. Usaremos nosso conhecimento de causa, aliado ao conhecimento das instituições, a fim de desenvolver um programa duradouro e de resultado efetivo", aponta Romário Xerente.

"O próximo passo será uma reunião com os representantes do Alcoólicos Anônimos, prevista para esta semana, para debatermos a possibilidade de elaboração de um programa a ser desenvolvido junto à comunidade da Aldeia Funil. Em seguida, visitaremos a comunidade para continuar a estruturação das propostas, em parceria com os próprios indígenas. Queremos desenvolver um trabalho multidisciplinar, envolvendo as áreas da saúde, educação, esportes, assistentes sociais, psicólogos, o Grupo Amor Exigente, entre outros, já que este é um problema não só de saúde", afirma Magda Valadares.

Participaram da reunião representantes da Funai, Casa de Recuperação Leão de Judá, Centro de Direitos Humanos de Palmas, Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Conselho Estadual Sobre Drogas, OAB Tocantins, Polícia Militar, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério da Saúde, psicólogos e assistentes sociais.



Urgente: Pistoleiros instalam Estado de sítio no oeste da Bahia

SÍTIO CIMI, 25.06.2014

A região oeste da Bahia é formada pela união de 24 municípios, entre eles o município de Cocos, onde reside um grupo indígena Xakriabá. Os principais municípios são: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.

Existe na região uma privilegiada bacia hidrográfica, com topografia plana e clima com estações definidas, o que tornou possível a expansão das lavouras de sequeiro e a implantação de projetos de irrigação, especialmente nos municípios de Barreiras e São Desidério.

A região oeste da Bahia fica à margem esquerda do rio São Francisco, banhada pelas bacias dos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhanha, formada por 29 rios perenes. Geograficamente está inserida na região mais rica em recursos hídricos do Nordeste brasileiro. As bacias desses rios atingem 62.400 km² o que equivale a 82% das áreas dos cerrados do oeste baiano.

Nas duas últimas décadas, a região sofreu um grande assédio do agronegócio em busca de terra e água para o monocultivo de commodities agrícolas e desenvolvimento da pecuária para exportação, expulsando de lá os pequenos agricultores e populações tradicionais. A região tornou-se, então, a principal fronteira agrícola do estado da Bahia.

O município de Cocos, com cerca de 20 mil habitantes, se localiza a 684 km de Brasília e a 878 km de Salvador.

Nos últimos anos, as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e povos indígenas) têm se articulado para resistir ao ataque desta frente de expansão do agronegócio, que desconsidera totalmente a existência dessas populações. No município de Cocos, a ausência do Estado tem fortalecido grupos que atuam nos "gerais", controlam a região e expulsam comunidades de suas terras sempre com o uso de milícias armadas. São rotineiras as denúncias feitas à Polícia Federal da prática de trabalho análogo à escravidão utilizada pelos fazendeiros da região, retornando ao período da Colônia, onde a lei do mais forte impera.

A comunidade indígena Xakriabá da Aldeia de Porcos, município de Cocos, há mais de quatro anos vem sendo atacada no intuito de demovê-los da ideia de se firmarem naquele território e lutarem em defesa de seus direitos.

Em 2014 esses ataques foram intensificados, deixando os indígenas isolados, sem acesso ao atendimento à saúde, principalmente as crianças, idosos e gestantes, que são os que mais sofrem com a falta de atendimento. Na aldeia, há pacientes hipertensos e mulheres grávidas que precisam de acompanhamento sistemático.

Com a imposição dos pistoleiros, as famílias também estão impossibilitadas de ter acesso à cidade de Cocos para realizar serviços básicos e necessários como o recebimento de benefícios

CONT.



e fazer compras. Os veículos que transportam os moradores até a zona urbana de Cocos estão proibidos pelos pistoleiros de transportar os indígenas mesmo que estes paguem pelo serviço. A comunidade indígena está localizada a 110 quilômetros da sede do município em uma área de difícil acesso.

As ações violentas contra a comunidade indígena Xakriabá de Porcos vêm sendo coordenadas localmente por um capataz de fazendas instaladas próximas à aldeia. O mesmo foi devidamente identificado e denunciado às autoridades policiais.

Em 2013, a comunidade indígena, com o apoio do Padre Albanir da Mata Souza, pároco da Paróquia de São Sebastião, da Diocese de Bom Jesus da Lapa, obteve um veículo, junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), para atendimento à saúde, o que despertou a ira dos fazendeiros, que passaram, então, a ameaçar o Padre Albanir e a liderança indígena Divalci. Esse veículo está, atualmente, impedido pelos fazendeiros de entrar ou sair da aldeia. Albanir está também impedido pelos pistoleiros de celebrar missa em diversas áreas rurais do município sob ameaça de tocaia e morte. As ameaças ao religioso ocorrem diariamente. O mesmo já registrou boletins de ocorrências, identificando autores de ameaças, junto à Polícia Civil e junto ao Ministério Público Federal de Barreiras.

Em maio de 2014, a comunidade foi contemplada com a perfuração de um poço artesiano, mas as obras não foram concluídas devido ao ataque de pistoleiros. A prefeitura municipal foi impedida de realizar obras de melhoria das estradas que iriam facilitar a mobilidade rural e acesso à aldeia. Os funcionários da prefeitura também foram ameaçados pelo mesmo grupo de pistoleiros e fazendeiros e tiveram que suspender os trabalhos sob ameaça de que as máquinas doadas ao município pelo Governo Federal seriam incendiadas.

No dia 3 de junho, o veículo da Sesai, onde se encontrava a família do cacique, foi atacado por dois pistoleiros e obrigado a retornar para a aldeia indígena. Os autores do ataque foram identificados e denunciados. A tocaia à família do cacique ocorreu por volta das seis horas da manhã, quando a liderança seguia para a cidade de Cocos, e em seguida iria a Barreiras, onde seria recebida pelo procurador no Ministério Público Federal. A interceptação ocorreu de forma violenta e o motorista do veículo foi obrigado a retornar depois de ter percorrido cerca de 40 quilômetros em direção a Cocos.

Ao chegarem à aldeia indígena, o cacique foi cercado por aproximadamente 40 homens que o hostilizaram e comemoraram a sua captura. Os pistoleiros responsáveis pelo ataque foram ovacionados e recebidos com gritos e aplausos. Em seguida, um dos pistoleiros, também identificado, fez diversas ameaças ao cacique e informou-lhe que a partir daquele momento o carro da Sesai ou qualquer outro veículo que representasse órgãos de defesa e efetivação de direitos indígenas estavam proibidos de circular naquela localidade, e que, caso a sua ordem não fosse respeitada, os veículos que estivessem a serviço da comunidade seriam incendiados. Estes pistoleiros também foram denunciados junto ao MPF de Barreiras.

Sitiada e ameaçada, a comunidade indígena conseguiu contato com a Funai em Paulo Afonso, Bahia, e solicitou uma visita urgente à área, para exigir providências na proteção aos seus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

No dia 19 de junho, a Coordenação Regional da Funai de Paulo Afonso se dirigiu até a aldeia de Porcos com vistas a averiguar a situação e buscar soluções para o conflito. No dia anterior surgiram boatos na região de que haveria um atentado contra a equipe da Funai e a ameaça se cumpriu. O fato ocorreu por volta de 18hs30min, quando os funcionários públicos retornavam da reunião ocorrida na Aldeia de Porcos. O veículo que conduzia a equipe federal foi alvejado por disparos de armas de fogo de grosso calibre.

A equipe de servidores da Funai compareceu à Polícia Civil de Cocos e registrou boletim de ocorrência. A perícia do veículo foi solicitada pelo coordenador regional da Funai de Paulo Afonso.

A situação e fatos vêm sendo denunciados aos órgãos competentes, mas nenhuma solução tem sido apontada ou executada até o presente momento. Famílias estão separadas em função do domínio que os pistoleiros exercem sobre as áreas que dão acesso à aldeia. Estão com o direito de ir e vir negado, vivem exiladas. Quem está na aldeia não pode sair e os que estão na cidade não podem retornar à aldeia.

Nesta região, como evidente, fazendeiros e pistoleiros instalaram um "Estado" à parte, onde o Estado brasileiro não se impõe e a violação de direitos de cidadãos é flagrante, cotidiana e permanente.

Manifestamos solidariedade aos Xakriabá da aldeia de Porcos, no município de Cocos, às comunidades tradicionais do oeste baiano, bem como, ao Padre Albanir da Mata Souza. Defendemos que se cumpra a Constituição reconhecendo e demarcando o território tradicional Xakriabá e a efetivação de seus direitos, inclusive o de ir e vir. Exortamos as autoridades e órgãos públicos para que restabeleçam o Estado de Direito na região, tomando medidas emergenciais e estruturantes para a proteção dos Xakriabá da aldeia de Porcos, das comunidades tradicionais e do Padre Albanir, que estão sob risco de vida e sendo desrespeitados em sua dignidade devido à ganância de latifundiários, representantes do agronegócio predatório.

Denunciamos o vínculo umbilical existente entre as ações destes fazendeiros e seus pistoleiros com os discursos de incitação ao crime, proferidos por parlamentares da Frente Parlamentar Agropecuária, e as pautas anti-indígenas defendidas pela bancada ruralista no Congresso Nacional, a exemplo das PECs 215/00, 237/13, 416/14 e do PLP 227/12.

Brasília, DF, 25 de junho de 2014.

Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Servidores e indígenas do Amazonas são capacitados

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.06.2014

Pesca esportiva que vem sendo realizada por estrangeiros por meio de empresas turísticas foi um dos temas abordados

A Coordenação Geral de Monitoramento Territorial desenvolveu dois módulos do Programa de Capacitação em Proteção Territorial em São Gabriel da Cachoeira (AM), com o objetivo de fortalecer as ações de proteção territorial realizadas tanto por servidores do órgão quanto por indígenas na região, que sofre constantemente com o trânsito ilegal de pessoas associadas ao narcotráfico, o garimpo, a pesca esportiva e a extração de piaçava, entre outros ilícitos.

O primeiro foi o curso de Cartografia Básica e Uso de GPS em Terras Indígenas, ministrado à dez servidores da Coordenação Regional do Rio Negro, na semana de 12 a 15 de maio, no município de São Gabriel.

O curso abordou desde conceitos básicos da cartografia como movimentos da Terra, representações cartográficas, elementos de um mapa e sistemas de coordenadas até o funcionamento do Sistema de Posicionamento Global por satélites e as operações práticas mais importantes a serem realizadas com o aparelho de GPS durante as atividades de proteção territorial.

Foram ainda discutidos os procedimentos de monitoramento e fiscalização e as formas de sistematizar e apresentar as informações levantadas em campo. A expectativa é que com o curso, as atividades dos servidores e as informações geográficas levantadas em campo sejam qualificadas, melhorando assim o banco de dados a respeito da proteção territorial em Terras Indígenas.

O segundo foi o curso de Vigilância e Proteção de Terras Indígenas e ocorreu entre os dias 2 e 4 de junho, na comunidade Tapuruquara Mirim, Terra Indígena Médio Rio Negro I. Participaram 25 indígenas integrantes de 3 Associações: Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas e Água e Terra (Comunidades do Rio Curicuriari).

O curso citou o histórico de luta por demarcação das Terras Indígenas no Brasil e a importância das ações de proteção, chegando ao resgate, feito pelos próprios indígenas, da história deste processo nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. Foram então identificadas as ameaças e fragilidades do território na atualidade, e, ao final, foram elaborados três projetos de vigilância que serão realizados ainda em 2014, por cada uma das associações presentes.

Funai

CONT.



Durante esta capacitação, um dos assuntos mais discutidos foi a pesca esportiva, que vem sendo realizada por grupos de estrangeiros por meio de empresas turísticas há pelo menos três anos, sendo que apenas no último ano iniciou-se a construção de um acordo entre os indígenas e as empresas visando definir como poderá ser desenvolvida esta atividade, levando em consideração um estudo ambiental elaborado em 2013. Os indígenas mostraram-se motivados a desenvolver as ações de vigilância a fim de garantir o cumprimento do recente acordo travado com uma empresa.

Enquanto a fiscalização é realizada por órgãos do estado com poder de polícia regulamentado, podendo aplicar multas aos infratores, apreender materiais e efetuar prisões, as ações de vigilância são as ações de proteção realizadas pelos próprios indígenas, podendo contar também com o apoio de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas restringindo-se ao monitoramento do território ou ao desenvolvimento de atividades tradicionais que reforcem o uso e o controle de seu território, sem as aplicações de penalidades presentes em uma atividade de fiscalização.

Fonte: Fundação Nacional do Índio

Índios de reserva em TO vão ao DF ver o jogo de Portugal na Copa
SÍTIO G1, 26.06.2014

Cerca de 50 índios da reserva Xerente foram ao estádio Mané Garrincha. Preferência das meninas indígenas é por Cristiano Ronaldo.

Isabella Formiga Do G1 DF



Índios viajaram de Tocantins para acompanhar Portugal e Gana no DF (Foto: Izabella Formiga)

Um grupo de cerca de 50 índios da reserva indígena Xerente, que fica em Palmas (TO), passou a noite viajando de ônibus para chegar a Brasília e ver a partida entre Portugal e Gana no Estádio Nacional Mané Garrincha. Para muitos deles, é a primeira vez fora da aldeia.

"Saímos às 19h ontem e chegamos hoje pela manhã, umas 8h", disse Maria Helena Xerente, a mais velha entre o grupo de mulheres. "Vivemos em aldeias mesmo, mas temos televisão e assistimos a todos os jogos."

O vereador Lenivaldo Xerente, responsável por cuidar do grupo de jovens de aldeia, disse que o ônibus foi fretado com apoio do estado. "A escolha por Brasília foi por causa da proximidade. Queríamos ter visto o jogo do Brasil, mas não deu", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Segundo Lenivaldo, todos que vivem na reserva têm o mesmo sobrenome Xerente. Ele afirmou que alguns deles já saíram da aldeia para participar de fóruns e jogos indígenas, mas é a primeira vez que vão a um jogo da Copa do Mundo.

Maria Helena diz que é a única que vai torcer para Gana, já que as meninas querem que Portugal vença. "Elas gostam muito do Cristiano Ronaldo", explicou.



Tribos indígenas do Garantido vão misturar carimbó eboi-bumbá na arena

SÍTIO D24AM, 26.06.2014

Para este ano, pelo menos, 450 pessoas de grupos folclóricos da região estão envolvidas nas coreografias

Parintins – As tribos indígenas, que concorrem ao item 13 nas três noites do 49º Festival Folclórico de Parintins, têm a missão de apresentar um espetáculo coletivo à parte. No boi-bumbá Garantido, essa missão é confiada a pessoas de diferentes municípios e regiões do Amazonas que transformam a festa na Ilha Tupinambarana em uma mistura de ritmos. Em 2014, o carimbó é um aliado em busca do bicampeonato do boi da baixa do São José.

Para este ano, pelo menos, 450 pessoas de grupos folclóricos da região estão envolvidas nas coreografias. Há cinco anos, cidades como Barreirinha, Maués, Manaus, Juriti, Satarém são responsáveis por transformar as tribos do bumbá vermelho.

"O folclore não está estagnado e nós precisamos pensar no amanhã, não podemos morrer no dois pra lá e dois pra cá apenas do nosso boi-bumbá", ressaltou Cardoso.

A integração de grupos folclóricos para 2014 trouxe para a Ilha dançarinos de Santarém, no Pará, que participam do Sairé, a festa dos botos Tucuxi e Cor-de-Rosa da cidade.

Mesclar o carimbó dos paraenses com a o boi-bumbá é o desafio desse grupo, que estará na Arena do Bumbódromo nas três noites de Festival. Essa mistura forma o bailado-caboclo, de acordo com Cardoso.

Para Chico, que é um dos responsáveis pela organização dos grupos desde a seleção até o espetáculo final, essa é uma forma de inovar e melhorar a festa em Parintins.

"Esse espetáculo precisa se vender em nível internacional e é assim que nós vamos conseguir, misturando ritmos e mostrando coisas novas", afirmou.

As acrobacias na Arena serão feitas principalmente por 160 dançarinos de Manaus, capital do Amazonas. Segundo Chico, esse grupo deve colocar em prática a dança indígena com mais acrobacias.

O tradicional, que é a dança tupinambarana, fica por conta dos parintinenses. São eles que vão compor a maioria das tribos e colocar na Arena os passos tradicionais do boi-bumbá.

"A gente não pode perder essa essência, que deve permanecer em todo o nosso espetáculo", disse Cardoso. "Essa soma de referências e de unidades de toda a região faz com que nós possamos chegar a um espetáculo mais pulsante, mais vivo por oportunizar esse avanço do espetáculo".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

O esforço dos dançarinos também vai contar com a performance das indumentárias. Segundo Chico, o traje das tribos foi bem elaborado para que o conjunto da obra na arena sejam satisfatórios ao bumbá, que busca o bicampeonato no Festival.



Audiência pública discute situação dos quilombolas no Estado de São Paulo
SÍTIO DIÁRIO DE TAUBATÉ, 25.06.2014

A Subcomissão de Defesa dos Quilombolas da Assembleia Legislativa de São Paulo, presidida pelo deputado estadual Marco Aurélio (PT), realizou na terça-feira, dia 24, uma audiência pública para discutir sobre os direitos e a regularização fundiária das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo.

A audiência foi realizada conjuntamente com a Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), a associação SOS Racismo e os mandatos dos deputados estaduais Marco Aurélio, Adriano Diogo e Beth Sahn, todos do PT, e Leci Brandão, do PCdoB.

Participaram do evento representantes das comunidades Fazenda Pilar, dos Comargos, São Pedro, Caxambu, do Carmo e Cafundó. Na ocasião, eles fizeram relatos da situação em que vivem e cobraram políticas públicas, como nas áreas de educação e saúde, e o reconhecimento dos direitos das populações quilombolas, assim como seus territórios históricos.

Entre os momentos marcantes do evento, a execução do Hino Nacional pela Associação Cultural AfroBrasileira Foz dos Tambores, cuja proposta é resgatar a cultura afroindígena-brasileira, e a apresentação da música Leilão pelos músicos Cícero Prado e Chiquinho Rodrigues, que emocionaram o público presente.

Também participaram os representantes da Fundação Florestal, Cesaltino Silva Júnior, e da Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Carlos Henrique Gomes, o superintendente substituto do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Sinésio Campos, a assessora da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, Maura Paz, o defensor público do Estado de São Paulo, Andrew Toshio Hayama, o promotor do Ministério Público Estadual, Eduardo Ferreira Valério, a defensora pública da União, Mariana Preturlan, e o coordenador Nacional da Conaq, Luiz Francisco de Mello.

“Esse foi mais um passo importante que demos em busca dos direitos dos quilombolas, o que inclui o reconhecimento de suas terras. Vamos continuar trabalhando, buscando nas reuniões da subcomissão o melhor entendimento e medidas que possam contribuir para a qualidade de vida dessa comunidade”, disse o deputado Marco Aurélio



MA – Desembargador Jamil Gedeon matém decisão favorável a povoados tradicionais em Codó

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.06.2014

No Blog do Pedrosa

O Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto indeferiu o pedido de efeito suspensivo da Empresa Costa Pinto Agro Industrial S/A, nos autos de um Agravo de Instrumento em que litiga contra os povoados tradicionais de Três Irmãos, Queimadas e Montabarro, no município de Codó. O recurso foi interposto contra decisão Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Codó, que deferiu pedido liminar de manutenção de posse em favor dos posseiros. O desembargador fundamentou sua decisão em argumentos interessantes, tais como:

(...) E examinando os autos, em juízo de cognição sumária, tenho que a informação trazida pela Agravada de que representa comunidades tradicionais – cuja possetrabalho é por vezes desenvolvida em regime de economia familiar ou comunitário – faz supor a existência de um interesse coletivo, cuja defesa em juízo não pode ficar restrita ao plano individual.

(...) Por outro lado, a alegação de posse dos representados da Agravada encontra guarida no Relatório de Viagem da Ouvidoria Agrária Regional do INCRA (fls. 63/67), assim como é a própria Agravante quem junta aos autos Boletins de Ocorrência em que reconhece os recentes conflitos existentes em face da cobrança dos ditos foros (fls.137/139).

A decisão foi proferida no dia 13 de junho de 2014 e representa mais uma vitória parcial dos povoados atingidos pelos empreendimentos da Empresa Costa Pinto S/A na região de Codó.



Carta de amor, por Claret Fernandes*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.06.2014

*para Combate Racismo Ambiental

Tenho ouvido teus sussurros nessas madrugadas do tempo, que teima em amanhecer. São tantas bocas que passam a noite comigo, me beijam no leito e, talvez por isso, me chamem de 'casa dos deuses', nesse amor (quase) infinito.

Quero abrir-te meu coração por completo, sem nenhum segredo.

Pressentimentos horríveis me invadem o peito há mais de 30 anos. O choro persistente de Kararaô me impõe longas noites de insônia, rolando na cama, entre as ilhas.

Quantas flechas se quebraram e quantas malhadeiras se romperam.

Quanta ofensa! Desde essa época, muitos me chamam de idiota, de atrasado, contra o progresso. Mas tu bem sabes: aquilo que parecia apenas pressentimento tornou-se realidade. As vozes de outrora ganham ar de profecia.

Na Volta Grande, o muro de concreto sobe na velocidade do imenso canal, que rouba a água – que sou eu – reduzida à força mecânica de 18 turbinas.

O canal, com vazão de 14 mil m³ por segundo, é um rio artificial de 20 km de comprimento, 360 metros de largura na sua superfície, que exige a escavação de 110,8 milhões de m³ de solo e rocha – equivalente ao Canal do Panamá. Esse material encheria 5 milhões de caminhões basculantes.

Eu, a casa dos deuses, a habitação dos peixes, o lazer das aves, a fantasia das meninas aguardando o boto encantado, a fonte da biodiversidade, a vida de diferentes povos, agora me reduz à força mecânica de algumas turbinas.

Vai entrando no cenário de Altamira, tomado da marca CCBM, a sigla CMBM – Consórcio Montador Belo Monte. A barragem entra na sua última fase: a montagem das máquinas!

Aproveitando a Copa, acionistas de Belo Monte estiveram aqui, bem no nosso quintal, sob a luz do sol, entre eles o representante da Iberdrola.

Mercadores! São tão habituados a buscar e pronto!

Tu entendes, não? Sei que entendes! É uma dor profunda. Não se trata de uma questiúncula ambiental. Trata-se de mudança de curso, de rumo, de função social. Era livre para a generosidade com todas, agora sou preso para o lucro de uns poucos.

CONT.



Sinto, às vezes, até vergonha de dizer, mas, como te falei, vou abrir-te meu coração. É que tenho alguns escrúpulos. Como vou olhar o espelho das grandes águas se o que aparece é um esqueleto de rio, entre o muro e a casa de força? 100 km de completa nudez, com 6 turbinas. Foram-se as vestes de núpcias, as águas esverdeadas, as espumas brancas do noivado. Tantos que me olhavam com admiração e respeito agora têm dó e fazem galhofa de mim.

Tu sabes! Rio gosta de ser caudaloso, sem mostrar seu esqueleto para ninguém. Ninguém mesmo!

Tu sabes também que rio não gosta do que andam fazendo com nossas garotas, muitas adolescentes, seduzidas com o vale-sexo.

A Grande Serpente, que se achegou de mansinho, que se deitou comigo, no meu leito, que fez juras de amor, com beijos e abraços, agora me trai, me estupra, me chuta, e me joga fora. A Grande Serpente da boca de mel agora traz bala de borracha, de chumbo, e solta um mau hálito insuportável pela boca sempre escancarada e seu barulho, dia e noite, estressa a Amazônia inteira.

Aquele seu focinho torto, e enorme, me quebra a espinha na Volta Grande; o nervo, agredido, me dói dos pés à cabeça, desde Mato Grosso ao Amazonas e até mar adentro – pois rio sofre por inteiro -, e o meu corpo, antes grande de musculatura, está prestes a tornar-se imenso, mas do inchaço, das lapadas constantes, planejadas e impiedosas, estendido no chão, preso num lago de 50 mil km².

Se me olhas em Altamira, no cais, continuo como dantes: o sossego, o tremular das águas... Mas isso é apenas aparência! Ainda sou um rio, embora fervendo por dentro de dor e indignação, mas já sou lago por antecipação. Vivo essa dialética, já com saudade do que deixarei de ser.

A Grande Serpente, que me ataca a coluna, na tocaia, na calada da noite fria dos gabinetes com ar condicionado, planeja despedaçar-me, no leito, em outros pontos, num complexo de barragens.

Ela (a Grande Serpente) diz que não. Mas onde reina a traição, 'não' pode significar 'sim'. Começam a aparecer textos no Blog da própria Norte Energia que induzem ao 'sim', com o argumento da otimização de Belo Monte, passando de 4 para 8 mil MW de energia firme.

Essa mesma Grande Serpente pretende atacar-te também, oh Tapajós! Tenho ouvido teus sussurros mesclados de lamúrias e algum contentamento: o Diálogo Tapajós, que te engana com a falsa neutralidade; o Decreto, com estudo forçado, que te invade o sono; os discursos verdes e climáticos, que dividem o teu povo.

Desejaria que os Muduruku lhe cortassem de vez a cabeça. Mas a Grande Serpente camufla tão bem! Não é fácil um ataque fatal. Não é simples descobrir- lhe o ponto mortal, e certo. Há que se ter mais que flechas para enfrentar os fuzis.

CONT.



Além de barragens, a Grande Serpente, apelidada de Vale, Belo Sun, Bungue e algumas outras querem minério, soja, madeira, gado. Há ferrovias, rodovias, hidrovias, portos... Tudo planejado de forma coordenada para escoar nossa riqueza. De 2012 a 2016, são previstos 150 bilhões de reais para infraestrutura do capital no Estado do Pará.

No início do mês de junho, ouvi vozes sobre o Porto de Miritituba, em Itaituba, comandado pela Bungue. Aquela munheca comprida te ferindo as margens, e o teu leito.

Tu não és de reclamar, mas o teu incômodo, presumo, é quase insuportável. Caminhões e mais caminhões transitam de 5 em 5 minutos lotados de soja do Mato Grosso, despejada nas barcas.

Para o capital é interessante! Economizam-se 320 km de estrada até Santarém. O que já parece muito. Mas, no conjunto das obras, serão em torno de 2 mil km a menos. Perto de 70% da soja e outras mercadorias exportadas aqui da região ainda vão, hoje, até São Paulo.

O que é bom para o capital é ruim para ti e para o teu povo, que suportarão tudo isso nas costas. Rios de água viva sofrerão tantas intervenções e sacudidelas que se transformarão em estradas de morte.

Com um terminal apenas, o Porto de Mitituba já traz muitos transtornos. Porém são previstos 23 terminais. Além da Bungue, há outras empresas que continuam comprando terras a preço de ouro às tuas margens. As áreas ficam inflacionadas, com lotes a partir de 1 milhão de reais, então ribeirinhos vão sendo empurrados de lá.

Teus vizinhos não são mais os mesmos, nem têm os mesmos intentos. Os ribeirinhos fazem amor contigo, as empresas te estupram.

E mais! Todo esse investimento de várias empresas não é apenas para a soja do Mato Grosso; o seu plantio tende a estender-se pelas margens da Transamazônica, onde hoje grande parte é pasto, até o Médio Xingu, região de implantação de Belo Monte e muito rica em minério.

Entendes, não! Nossa sina está traçada pelo capital, a não ser que nos juntemos, na gota (quase) mágica da rebeldia organizada, que clareia a visão e mostra onde está a cabeça da Grande Serpente.

Cutucá-la apenas na calda ou numa das muitas garras pode ser perigoso e insuficiente; é preciso acertar-lhe a cabeça, que é única.

Desculpa-me se, agora, essa carta toma um tom pessoal, quase invadindo a particularidade do teu sentimento. É que tenho algo bem específico, bem íntimo para te dizer.

Desculpa-me, mais uma vez! Mas sabes o Filho? Aquele pescador morador das Palafitas? Vi a situação dele com meus próprios olhos.

Pois não te enganes: o indivíduo tem dois olhos apenas, mas quando se tornam pessoas iguais
CONT.



a rios de rebeldia têm mais de mil olhos. É algo assim que aprendi de Bertold Brecht, nas místicas.

Os míopes olham as palafitas e veem traficantes, empobrecidos, mas nós, os rios, que temos mais de mil olhos, e milênios de anos, sentimos que a generosidade dos rios, e não a acumulação dos mercadores, é que gera fartura.

Sei da tua discrição, mas admira-me muito quanto peixe tens oferecido àqueles moradores. Todos os dias, cada vez que o Filho vai às malhadeiras, espichadas no teu leito, tu lhe entregas entre 10 a 20 peixes, alguns grandes. Ele faz até 200 reais por dia, isso garante a subsistência de sua família, pois soma, ao final do mês, até 6 mil reais. Que grande projeto garante essa renda ao povo comum?

Esse teu Filho me confessou algo: dos boatos das barragens. E disse em soluços e olhar lacrimajante que isso não pode ser verdade. 'Amo o Tapajós, e esse desastre não vai acontecer'.

Tu precisas entender uma coisa, oh Tapajós! O amor que teu filho tem por ti lhe embarça a vista. Tu me prometes que vais abrir-lhe o olho? Prometes?

O choro até sensibiliza, mas somente a força popular organizada é capaz de mudar o rumo das coisas, e acertar a cabeça da Grande Serpente.

Conheço-te bem, enquanto rio que sou. Sei que tua generosidade não é somente com o Filho da Palafita de Itaituba. Ao longo do teu leito, são milhares de pessoas – barqueiros, carroceiros, indígenas, camponeses, urbanos -, todos usufruem de tua generosidade, e todos serão impactados por essa Grande Serpente que se materializa em barragem, minério, porto, hidrovía, barcaças de soja.

Insisto contigo! Não sejas como eu! Nalgum momento, entre pressentimentos horríveis, cri no canto da sereia. Não creias! E alerta teus filhos para o pior a fim de que a indignação organizada chegue no tempo oportuno, e o melhor aconteça.

Uma última coisa! Senti firmeza nas famílias de Nova Miritituba, atingidas pelo porto comandado pela Bungue. Desconfio de que, na tua brisa suave sobre o buritizal, onde moravam, lhes sopras coisas ao ouvido. Algo de rebeldia!

Eram 93 famílias nesse acampamento, em 2011, com promessa de terra, casa de alvenaria e mais 8 mil reais para cada uma delas. Mas foram todas enganadas, restando-lhes apenas o terreno.

No início de abril, trancaram a Transamazônica e conquistaram água, Transformador e outras melhorias. Soube da fila de caminhão que se formou. Alguns dizem que é uma luta espontânea, mas não me sai da cabeça que, ali, tem o dedo teu. Tu lhe sopraste algo ao ouvido. Podes admitir, pois entre mim e ti não há segredos, não é mesmo?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Agora, sabes, são 600 famílias! Contam-se 6 km do acampamento ao Porto, mas em linha reta é muito perto.

Fernando, uma das referências lá, tu conheces? Se não, é só ver com as companheiras do MAB. Elas têm ajudado a espalhar tuas gotas de rebeldia entre os teus.

Então! Fernando contou que a poeira da soja envenenada está trazendo complicações respiratórias para os moradores do acampamento, especialmente para idosos e crianças. Pelo que vi, não vão deixar isso barato!

Ah outra coisa! Há gente com ciúme de nós, sabias? Mas tudo por questões muito bobas. Uma militante disse que tu és mais bonito do que eu. Coitada! Ela ainda não sabe que cada qual é belo no seu jeito de ser formoso.

São ciúmes bobos, como te disse. Se ficamos mais juntinhos, se nos colocamos nessa causa comum, se nos estendemos Transamazônica afora, num só Método – tá vendo como venho aprendendo coisas! -, até esses pequenos ciúmes vão se acabar.

A Grande Serpente de uma cabeça só, materializada em diversas cores e interesses, procura nos dividir. Por isso é muito importante esse trabalho de unidade, que se inicia entre nós e vai se espalhando pelo Tucuruí, Tocantins, Madeira, abrangendo toda a Amazônia.

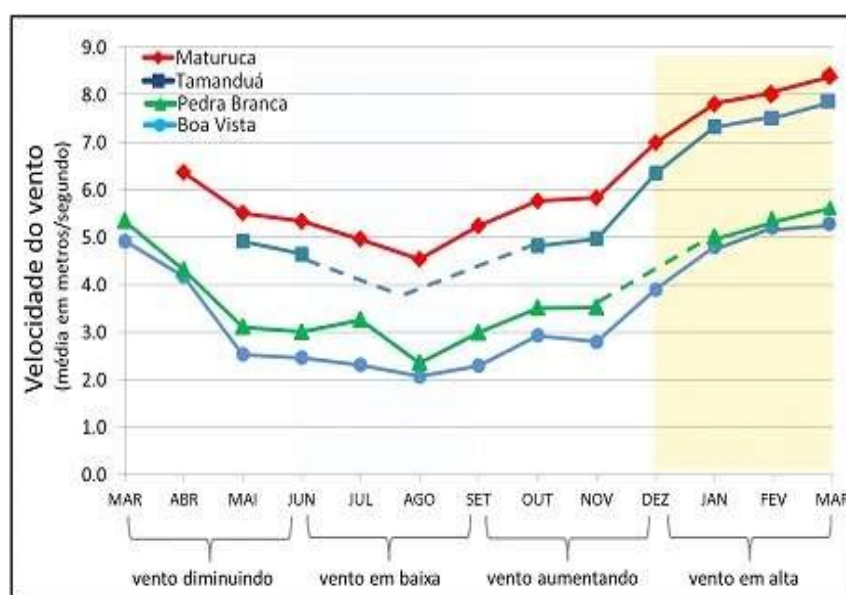
Meu Tapajós querido! De minha parte, continuarei dando ouvidos a essas vozes: nos pesadelos, no sonho, nas brisas de rebeldia. Sei que vais ouvir também. Vamos acumulando forças para sacudir, um dia, essa canga capitalista que nos sufoca.

Continuemos fazendo amor! Rio que ama de verdade vai além do leito, do peito, do grito, do choro, do espaço geográfico. Ele se espraia na imensidão do mundo, na imensidão dos oceanos, até coabitar na liberdade.

Até lá!

Do teu camarada, Xingu.

Projeto Cruviana na TI Raposa Serra do Sol: energia sustentável que fortalece a autonomia dos povos indígenas de Roraima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.06.2014



CIR – Após um longo processo de informações, consultas e definições, desde 2010, junto aos povos indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Projeto Cruviana, apresentado durante a 39ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima começa a dar respostas positivas às expectativas das lideranças indígenas que acreditam no potencial energético de suas regiões e, sobretudo, na alternativa de geração de energia elétrica de forma sustentável, destinada a beneficiar as famílias, oriundas daquela rica Terra, rica em valores tradicionais, biodiversidade única e morada de diversos povos indígenas.

Os resultados positivos vem sendo apresentados em atividades do projeto, conforme cronograma planejado com as comunidades indígenas, entre as quais, o II Seminário de Energia Alternativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, realizado em maio deste ano. Durante o evento os resultados dos estudos do potencial do vento e do sol foram apresentados as lideranças. Um resultado que foi significativo para as lideranças indígenas, definitivamente, aprovarem a instalação do projeto na terra indígena Raposa Serra do Sol. Esse, que vai gerar não só energia elétrica, mas fortalecer a autonomia dos povos indígenas de Roraima.

Confira, abaixo, os resultados no conteúdo elaborado, durante o seminário e aprovado pelas lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol para publicação. Além das informações na matéria publicada no site da Folha de São Paulo, coluna "Brasil que dá certo", assinada pelo jornalista Leão Serva, disponível AQUI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Lideranças da Raposa Serra do Sol aprovam a instalação da geração de energia elétrica usando a força do vento e do sol.

Nos dias 10 e 11 de maio de 2014 foi realizado o "II Seminário de Energias Alternativas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol", na comunidade Maturuca, Região das Serras. Durante o evento foi apresentado o resultado do estudo do potencial do vento e do sol para a geração de energia elétrica para o consumo das famílias e para as atividades produtivas das comunidades.

Os resultados foram obtidos após 12 meses de estudo, utilizando 3 torres meteorológicas instaladas nas comunidades Maturuca, Tamanduá e Pedra Branca. De acordo com os resultados, foi comprovado que existe vento forte e constante na região, com potencial para geração de energia, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Da mesma forma, o estudo comprovou que existe grande potencial para geração de energia solar, semelhante ao observado nas regiões mais ensolaradas do nordeste brasileiro.

Após a apresentação dos resultados, os tuxauas (caciques) e coordenadores do Conselho Indígena de Roraima (CIR) deliberaram a favor da instalação de sistemas de geração alternativa usando a força do vento e o sol nas 3 comunidades avaliadas. Agora o próximo passo é a busca de parceiros e financiadores para a instalação dos sistemas de geração de energia.

O estudo foi realizado dentro dos objetivos do Projeto Cruviana, para estudo das energias alternativas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – Região das Serras. O projeto Cruviana é uma parceria entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), firmada em 2012 e publicado no Diário Oficial da União Nº 225, seção 3, p.43, de 22/11/2012.

Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, em 11 de maio de 2014.



Governo e entidades buscam soluções para combater alcoolismo nas aldeias Xerente do Tocantins

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 26.06.2014

Indígenas da Aldeia Funil, de Tocantínia, estiveram no início da semana em Palmas, na Secretaria de Defesa Social (Seds), participando de reunião com representantes de entidades municipais, estaduais e federais, para debater problemas relacionados ao alcoolismo enfrentado pelas comunidades indígenas nas aldeias Xerente do Tocantins.

"A Secretaria de Defesa Social convidou as instituições envolvidas nesta temática para idealizarmos, juntos, na efetivação de um projeto de recuperação de dependentes do alcoolismo, que possa ser implantado emergencialmente dentro dessas aldeias", explica Magda Valadares, diretora de Ações Sobre Drogas, da Seds.

Durante a reunião, os líderes da etnia Xerente falaram sobre o problema enfrentado por jovens e adultos dentro das comunidades. "Nós viemos aqui mostrar a nossa situação e pedir apoio. Todos nós temos alcoólatras em nossas famílias. Temos casos de pessoas que desaparecem por vários dias, perdidas no vício, e depois voltam para casa em situações muito tristes", relata Levi Xerente. "O problema enfrentado por um de nós dentro da aldeia é um problema que afeta a todos. Queremos, com parcerias, levar para nossa comunidade, para todo o povo akwen, oportunidades de recuperação para quem sofre com esse problema", reforça Romário Xerente.

Depoimento

O vice-cacique Davi Kucanomiré Xerente relatou a própria experiência com o alcoolismo, emocionando os demais participantes. "Neste mês de junho completou sete anos que eu parei de beber. Perdi membros da minha família para o álcool. Depois de muito sofrer, consegui retomar meu caminho, com o apoio do Alcoólicos Anônimos e da Secretaria de Defesa Social, que me ofereceram uma oportunidade. Hoje eu quero retribuir o que recebi, contribuindo da mesma forma com a minha comunidade".

Presente na reunião, Vilmar Xerente, assistente social que atua no Distrito Sanitário Especial Indígena, do Ministério da Saúde, falou sobre as particularidades da cultura indígena. "Esse pedido de apoio, vindo de dentro da comunidade, é algo muito importante e inédito. A problemática vivenciada pelo povo Xerente acontece também nas aldeias das etnias Apinajé, Krahô e outras. Esse projeto que desenvolveremos em parceria, poderá, com o tempo, beneficiar a todos".

Propostas

Entre as sugestões apresentadas pelos participantes, escolheu-se pela elaboração de um

CONT.



projeto similar ao realizado pelos Alcoólicos Anônimos, instituído em 12 passos, que poderá ser implantado dentro da aldeia. Sobre a questão, os indígenas propuseram a capacitação de membros da própria comunidade para desenvolver ações preventivas e de tratamento. "Podemos treinar os próprios indígenas para atuar nas aldeias e dar continuidade às ações. Usaremos nosso conhecimento de causa, aliado ao conhecimento das instituições, a fim de desenvolver um programa duradouro e de resultado efetivo", aponta Romário Xerente.

"O próximo passo será uma reunião com os representantes do Alcoólicos Anônimos, prevista para esta semana, para debatermos a possibilidade de elaboração de um programa a ser desenvolvido junto à comunidade da Aldeia Funil. Em seguida, visitaremos a comunidade para continuar a estruturação das propostas, em parceria com os próprios indígenas. Queremos desenvolver um trabalho multidisciplinar, envolvendo as áreas da saúde, educação, esportes, assistentes sociais, psicólogos, o Grupo Amor Exigente, entre outros, já que este é um problema não só de saúde", afirma Magda Valadares.

Participaram da reunião representantes da Funai, Casa de Recuperação Leão de Judá, Centro de Direitos Humanos de Palmas, Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Conselho Estadual Sobre Drogas, OAB Tocantins, Polícia Militar, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério da Saúde, psicólogos e assistentes sociais. (Ascom Seds)



MPF desmente emissão de CPF a índios paraguaios

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 26.06.2014

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) esclarece a informação divulgada pelo Canal Rural em novembro do ano passado. De acordo com programa da emissora, o Mercado e Companhia, "milhares de índios paraguaios foram trazidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para emitir CPF (Cadastro de Pessoa Física) brasileiro". O MPF instaurou investigação para apurar o fato, que revelou-se inverídico.

O fato noticiado é conhecido pelos jornalistas como "barriga". O termo se refere à divulgação de notícias impactantes sem conferir sua veracidade, apenas pela possibilidade do furo jornalístico ou por ser um fato singular, que é um dos critérios de noticiabilidade utilizado pelos jornalistas.

No Canal Rural, o programa "Mercado e Companhia", que tem como público-alvo produtores rurais, traz informações sobre cotação de produtos e tendências de mercado. A questão indígena, por sempre envolver os agricultores, também é abordada pelo programa. Os espectadores também podem mandar informações através de um portal na internet.

Em 25 de novembro do ano passado, a produção recebeu – e veiculou – um suposto relato do telespectador Renato Portela, de Mato Grosso do Sul. O apresentador do programa, João Batista Olivi, afirmou que "hoje, na cidade de Ponta Porã (MS), a Funai levou milhares de índios do Paraguai para tirar CPF brasileiro".

Ao Ministério Público Federal, Renato afirmou que aquilo que o apresentador do programa João Batista Olivi noticiou não estava de acordo com a realidade. Relatou que, na verdade, viu "cerca de 35 índios acompanhados de carro da Funai", não podendo afirmar com certeza por que estavam lá nem quem os havia levado, muito menos que eram paraguaios.

Batista Olivi, que noticiou o fato que a produção não verificou, afirmou ainda em rede nacional: "Sabe o que eles estão fazendo com isso né? Eles vão tirar título de eleitor meu amigo. Eles estão jogando o jogo democrático pra tomar o poder".

Confira abaixo vídeo com o que foi noticiado pelo Canal Rural intercalado com o esclarecimento de Renato Portela.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=EoxJNBfgfCQ



Documento-Base da Articulação Nacional de Quilombos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.06.2014

DOCUMENTO – BASE

Nós, quilombolas reunidos em Planaltina – DF, nos dias 26 a 29 de maio de 2014, compartilhando nossas resistências e lutas rumo à uma sociedade construída no respeito às diversidades étnicas, religiosas, culturais e de gêneros consolidamos a organização da Articulação Nacional de Quilombos e convidamos outros irmãos e irmãs quilombolas para se integrarem a este processo.

Considerando:

Que o Modelo de Desenvolvimento implementado pelo Estado Brasileiro tem como eixo principal a produção agrícola, pecuária, energética e mineral para a exportação causando graves consequências à mãe-natureza, aos povos e comunidades tradicionais.

Que o governo tem priorizado as grandes obras, a exemplo do Porto Canaã, município de Barrinha – Rio de Janeiro, e eventos constantes na programação dos acordos de integração regional sul-americana que tem resultado no deslocamento forçado de povos originários e comunidades tradicionais e populações das periferias das grandes cidades, reciclando o processo de colonização.

Que nesse processo o Estado brasileiro, a serviço dos latifundiários e empresários, tem sido o grande proponente, indutor e financiador do projeto desenvolvimentista.

Que o Estado e os governos precarizam a situação dos povos nos territórios quilombolas e nas periferias, fecham escolas, não investem em saúde pública, não investem em saneamento básico, água tratada, em melhoria de estradas, em eletrificação, em transportes públicos, enquanto repassam bilhões de reais para banqueiros, empreiteiros, mineradoras, papeleiras, para o agronegócio e para megaeventos, como a copa do mundo.

Que o estado tem se utilizado de instrumentos legais para criminalizar lideranças e lutas visando à quebra das resistências populares, a exemplo do que acontece com a comunidade quilombola Brejo dos Crioulos – Minas Gerais; Santa Maria dos Moreiras – Maranhão; Forte Príncipe – Rondônia; quilombo urbanos da Família Silva e Família Machado – Rio Grande do Sul; quilombo São Roque – Santa Catarina.

Que a não titulação dos territórios quilombolas pelo governo federal, constitui-se em gravíssima ameaça para a nossa existência física, cultural e religiosa, além de constituir-se em afronta à Constituição Federal /1988.

Que processo de extermínio e genocídio semelhantes sofrem os negros e negras nas periferias das cidades com a ocupação militar nas comunidades das periferias, a exemplo do que acontece no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, bem como a utilização da Força Nacional contra Comunidades Indígenas e Quilombolas.

ENTRETANTO

CONT.



Desde sempre nossos povos resistem ao extermínio e constroem suas organizações como instrumentos de lutas políticas, desde Palmares até os nossos dias. Esses espaços têm sido fundamentais para a denúncia e enfrentamento à violência institucional e privada e ao racismo.

Compartilhamos nossas experiências mais recentes vividas no Movimento Quilombola do Maranhão, na Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e nos Encontros dos de Baixo, no Rio Grande do Sul; também os enfrentamentos dos camponeses, povos originários e da classe trabalhadora aos latifundiários, aos patrões e ao capital com o método da democracia direta, a exemplo da greve dos garis do Rio de Janeiro, durante o carnaval de 2014, marcos históricos na superação do personalismo e do aparelhamento das nossas lutas.

Nos últimos anos a nossa mobilização e resistência têm sido fundamentais na retomada dos nossos territórios, a exemplo do que ocorreu no território quilombola do Charco-Juçaral / São Vicente Ferrer – MA, onde, em 30 de outubro de 2010, foi assassinado brutalmente Flaviano Pinto Neto, liderança quilombola; Brejo dos Crioulos, Minas Gerais; e o território quilombola da Família Machado, Rio Grande do Sul.

Diante disso assumimos o compromisso político

Com a construção da Articulação Nacional de Quilombos para mobilizar e articular as lutas das comunidades quilombolas na defesa dos Direitos Fundamentais e na construção de um novo projeto político para a nação que reflita a diversidade étnico/racial e de gênero; estabelecendo estrategicamente parcerias e alianças com os povos originários, as outras comunidades tradicionais, com a classe trabalhadora em luta, organizações do Movimento Social/Negro, populações de periferias.

Entendemos essa Articulação como:

Rede de articulações quilombolas estaduais/regionais, independentes de qualquer ingerência do Estado, dos governos e dos partidos, que busca sua sustentabilidade de forma autônoma, com estrutura de organização horizontal, fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus Membros, num ambiente de debate democrático, transparente e público.

Espaço de articulação das lutas contra o racismo como causa estruturante das ameaças aos territórios quilombolas e povos originários, da criminalização e assassinatos de lideranças, da expulsão das comunidades camponesas e de periferias dos seus territórios, do processo de violência e genocídio do povo negro e indígena no campo e na cidade, da divisão desigual do trabalho e do acesso aos bens comuns.

Espaço de articulação das lutas por Direitos e por Justiça Social e Ambiental no país; e, em comunhão com as Comunidades de Terreiros que, no dia 13 de maio, celebram a nossa Ancestralidade com o tambor de Preto Velho, denunciemos as mentiras do discurso oficial; de denúncia do extermínio da Juventude Negra, do Racismo Institucional e Ambiental; de denúncia da criminalização de lideranças e organizações de luta;

Espaço de denúncia das manobras empreendidas pela elite latifundiária e racista de nosso

CONT.



país que visam à extinção de Direitos. Nesse sentido lutamos contra a PEC 215/2000 que pretende transferir para o Congresso Nacional a regulamentação do art. 68 dos ADCT/CF-1988 e Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3239/2004, do DEM, com a pretensão de o STF declarar inconstitucional o Decreto 4.887/2003, contra os Quilombolas no país e a tentativa de desconstituição das Ações Afirmativas;

DA ORGANIZAÇÃO

A Articulação Nacional de Quilombos é uma organização de estrutura horizontal que elege como fóruns de tomada de decisões os seus Congressos e Assembleias, garantindo sempre um ambiente de debate amplo para a construção de consensos;

Para dar seguimento à agenda política e organizativa deliberamos a constituição:

O Congresso Nacional composto por representantes das comunidades quilombolas que assinarem o Termo de Adesão e se reunirá ordinariamente a cada 02 anos ou extraordinariamente quando necessário.

Do Conselho Nacional composto por representantes de cada estado/região com comunidades que assinarem Termo de Adesão a esta Carta de Princípios. Este conselho se reunirá ao menos 02 vezes ao ano.

Da Comissão Executiva composta por pessoas escolhidas dentre os membros do Conselho Nacional, garantindo a representação das regiões do país e o equilíbrio de gênero e geração.

NOSSA AGENDA POLÍTICO-ORGANIZATIVA

Processos de Mobilização, Articulação e Formação nos estados/regiões.

Retomada dos Territórios das Comunidades Quilombolas e apoiar a retomada dos Territórios dos Povos Originários.

Combater a PEC 215/2000; Combater a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3239/2004; Combater a Regulamentação da Convenção 169/OIT, bem como as medidas administrativas impostas pela presidência do INCRA com o objetivo de travar a titulação dos territórios quilombolas.

Luta pela aplicação da lei 10.639/2003 e Resolução 08/2012 – CNE; por recurso orçamentário emergencial para a construção de escolas quilombolas, política de saúde e política agrícola específicas para as comunidades quilombolas. Também por reservas de vagas para quilombolas em Universidades Públicas Federais e Estaduais, bem como em Escolas Técnicas.

Em parceria com outras organizações construir a campanha permanente e a Marcha contra o genocídio do povo negro.

Celebrar o dia 20 de Novembro, aniversário da morte de Zumbi, como o principal dia de Luta e resistência negra e quilombola no país.

CALENDÁRIO

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Aprovamos a realização do 1º Congresso da Articulação Nacional de Quilombos para o mês de julho de 2015.

Também participarmos da Jornada de Junho, tendo com data referencial o dia 12 de junho de 2014.

Ainda, com outras Organizações celebrar: a) 25 de julho – Dia de Luta da Mulher Negra latino-americana; b) 22 de agosto – Marcha contra o genocídio do povo negro; c) 20 de novembro – Marcha da Periferia; d) 25 de março – Dia Internacional de Luta contra o Racismo.



Antropólogo dispara sobre causas indígenas: “O preconceito étnico-racial é assustador em Dourados” [Ótima!]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.06.2014

O Dourados News entrevista esta semana, o professor universitário e antropólogo Jorge Eremites de Oliveira, 46. Natural de Corumbá, ele aponta nos questionamentos feitos por e-mail, os principais problemas enfrentados pela população indígena no Mato Grosso do Sul, e em especial, no município de Dourados, onde residem em torno de 13,5 mil pessoas das etnias Guarani, Kaiowá e Terena.

Atualmente morando em Pelotas (RS) – após passar 16 anos como professor da UFMS e posteriormente UFGD – e trabalhando na Universidade Federal do município, Eremites relata, em um dos pontos da conversa, o que considera um desconhecimento significativo sobre quem são os indígenas que vivem na região.

“Isso ocorre porque para muitos eles não são percebidos sequer como seres humanos, quanto mais como Guarani, Kaiowá ou Terena, por exemplo. São vistos como “bugres”, termo racista e recorrente na região”, conta.

No fim, ele opina sobre o poder público e dispara contra o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB). ‘É o mais anti-indígena desde a criação do Estado’.

Confira a entrevista, feita por Adriano Moretto:

Dourados News – Como você entende a atual situação indígena em Dourados?

Jorge Eremites - A atual situação das comunidades indígenas em Dourados e região é resultado de um processo sócio-histórico bastante complexo e difícil de ser resumido em poucas palavras. No município há uma grande população indígena, distribuída em duas áreas regularizadas e em outras reivindicadas como terra indígena. As áreas regularizadas são a Reserva Indígena Dourados, onde estão as aldeias Jaguapiru e Bororó, totalizando 3.475 hectares, e a Terra Indígena Panambizinho, com 1.274 hectares. A primeira foi oficialmente reservada aos índios em 1917 e ali vive uma população multiétnica estimada em cerca de 13,5 mil pessoas, representantes das etnias Guarani (Ñandeva), Kaiowá e Terena. A segunda foi regularizada em 2004 e naquela área vive uma população Kaiowá de aproximadamente 350 indígenas.

De um modo geral, o desenvolvimento econômico da região está ligado a um processo colonialista de exclusão cada vez maior dos povos indígenas. Sem considerar esta questão, tudo o mais ficará prejudicado em qualquer análise sobre o assunto. No caso em discussão, refiro-me mais especificamente a ações ligadas a um colonialismo interno, aqui percebido como um dinâmico sistema estruturante de relações sociais de dominação e exploração particular ao Brasil, porém conectado a capilaridades transnacionais de um colonialismo global.

CONT.



Este sistema estruturante é marcado por leis, práticas, burocracias, saberes e outros fatores, que caracterizam formas de dominação e manutenção de assimetrias por parte das elites políticas regionais e nacionais contra grupos étnica e culturalmente distintos em relação a elas ou à maioria da população.

O resultado disso tem reflexos em todo tipo de violência perpetrada contra os indígenas que vivem na região da Grande Dourados e em todo o Mato Grosso do Sul, inclusive assassinatos e várias formas de exclusão social e preconceito etnicorracial. Quero dizer, portanto, que minha percepção sobre a atual situação dos indígenas em Dourados e região passa pelo entendimento de contextos mais amplos.

DN – Hoje, os índios estão envolvidos no contexto urbano, a que você atribui isso?

JE - Os indígenas estão envolvidos no contexto urbano tanto quanto as cidades estão envolvidas no contexto indígena. Se isso é bom ou ruim, qualquer resposta plausível tem que ser relativizada no âmbito dessa dialética.

DN – É prejudicial?

JE - No caso de Dourados, a cidade teve origem dentro de um território indígena, embora esta parte de sua história ainda precise ser mais bem conhecida e divulgada a sua população. Se no começo a sede do município ficava um pouco distante da Reserva Indígena homônima, hoje em dia a cidade e a reserva estão umbilicalmente ligadas e não há como separá-las. Para os índios isso se torna um problema à medida que o preconceito étnico-racial e a exclusão social persistem e eles sentem isso no dia-a-dia na cidade. São milhares de sujeitos Guarani, Kaiowá e Terena, os quais seguirão sendo indígenas e não há quaisquer chances de serem totalmente assimilados ou integrados, via aculturação, à “comunhão nacional”. Para a maioria dos não-índios, por sua vez, a marcante presença indígena na cidade de Dourados (e em outras tantas no Estado) é normalmente percebida como algo ruim, uma espécie de entrave ao “progresso” e à “civilização”.

Com efeito, não se deve esquecer que a presença indígena em cidades sul-mato-grossenses se dá porque elas estão em seus territórios e os índios também contribuíram para a construção desses espaços urbanos. Também não se pode pensar que lugar de índio é na reserva porque o lugar deles é onde quiserem estar. Significa dizer que não podem mais ser tolhidos do direito de ir e vir em uma região onde eles próprios são mais que pioneiros; são os povos originários. No caso dos Guarani e Kaiowá, por exemplo, seus antepassados mais antigos chegaram há pelos menos 1.500 anos à região.

O prejudicial nisso tudo, se é que assim podemos chamar, é o racismo que muitos nutrem contra os indígenas.

DN – A sociedade em geral atribui ao indígena uma visão preconceituosa ainda, por quê?

JE - O preconceito que grande parte da população não-indígena de Dourados nutre contra os Kaiowá, Guarani e Terena se deve a um fato curioso: apesar da proximidade e até mesmo da

CONT.



convivência, tenho observado um desconhecimento significativo sobre quem são os indígenas que vivem na região. Isso ocorre porque para muitos eles não são percebidos sequer como seres humanos, quanto mais como Guarani, Kaiowá ou Terena, por exemplo. São vistos como “bugres”, termo racista e recorrente na região. Porém, quando inquirida sobre o assunto, a maioria das pessoas não-índias tende a dizer que não é racista e chega até a apontar soluções das mais controversas para resolver o que considera a “questão” ou o “problema” indígena.

Em Dourados e região o preconceito étnico-racial contra os indígenas é algo assustador para qualquer pessoa de fora que chega à cidade. Este comportamento faz parte das estratégias colonialistas de propagar uma imagem de “bárbaro”, “selvagem” e “bugre” aos Guarani, Kaiowá e Terena. Há até pessoas que dizem que chamá-los de “bugres” não tem nada de preconceituoso. Quando assim dizem, demonstram por si só que o racismo já foi naturalizado na região, algo que é gravíssimo.

Esta situação também se deve ao papel de setores da imprensa local, por vezes mantidos com recursos públicos e pelo próprio movimento ruralista. Por isso sistematicamente divulgam uma imagem extremamente negativa a respeito dos Kaiowá, Guarani, Terena e outros povos indígenas. Esta minha crítica, contudo, não deve ser generalizada porque sabemos do trabalho de profissionais e segmentos da mídia regional que atuam em outro sentido, os quais infelizmente são minoria.

jorge eremites

DN – A Reserva Indígena de Dourados é um ‘barril de pólvora’?

JE - Não usaria a expressão “barril de pólvora”. Diria que a Reserva Indígena Dourados é um termômetro do que é a sociedade douradense e da região da Grande Dourados. Digo isso com todo respeito e admiração que tenho tanto pelos indígenas quanto pela cidade e seus habitantes não-índios. O que ocorre nesta e em outras partes do Estado é algo comparável a um verdadeiro holocausto, indicativo do quando a região precisa ser humanizada.

DN – O que seria necessário para por fim a violência interna?

JE - De um modo geral, a regularização de todas as terras indígenas na região da Grande Dourados diminuirá o ambiente de tensão e violência existente na reserva. Paralelamente será preciso haver uma presença permanente e eficaz o Estado Brasileiro na área em termos de políticas públicas para educação, saúde, saneamento básico, segurança, esporte, transporte, sinalização para o trânsito, enfim. E isso tem que ser feito em atenção às particularidades socioculturais da comunidade multiétnica que ali vive. No entanto, para muitos governantes este é um problema federal. Por isso são poucos os recursos bem aplicados na área, o que aumenta ainda mais a exclusão e, por conseguinte, a vulnerabilidade social das famílias que ali vivem. E quando investem recursos nas aldeias, isso normalmente é feito de maneira equivocada e sem uma consulta prévia à comunidade.

DN – Os conflitos entre proprietários de terra e indígenas tem aumentado, como trabalhar com
CONT.



isso?

JE - Infelizmente não há uma solução fácil para resolver a situação, tampouco tem sido registrado um interesse do governo federal em equacionar o problema sem violar ainda mais os direitos dos povos indígenas. Uma solução seria identificar e delimitar todas as terras indígenas existentes na região da Grande Dourados e no restante do estado. Feito isso, caberia ao governo federal, valendo-se de mecanismos contidos na legislação brasileira e internacional, indenizar à altura a todos os proprietários de boa fé. Regularizar todas as terras indígenas é, pois, o primeiro passo decisivo para resolver os conflitos. Depois caberia um conjunto de políticas públicas com vistas à conquista da autonomia dessa população historicamente excluída. Recursos financeiros para isso não faltam e prova disso são os gastos públicos com a Copa da Fifa e as Olimpíadas no Brasil.

DN – A que você atribui a demora na demarcação de terras, já que boa parte dos estudos para elas já foram concluídos?

JE - A demora constatada na regularização das terras indígenas também se dá por meio de uma política anti-indígena definida e aplicada pelo atual governo federal e seus aliados. Para isso serve muito bem o atual modelo desenvolvimentista nacional, baseado no paradigma do crescimento econômico a qualquer custo. Seguir um paradigma assim tem reflexos negativos na política indigenista oficial. Trata-se de um modelo colonialista que sistematicamente viola os direitos elementares dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de classes sociais em situação de vulnerabilidade social.

O resultado disso é a existência de crises estruturais, com particularidades em cada região do país, dependendo da conjuntura local, como ocorre em Mato Grosso do Sul, onde há muitos conflitos pela posse de terras indígenas. Daí compreender a grande insatisfação atual dos povos originários para com o governo central e seus aliados, seja por conta da construção de empreendimentos que geram exclusão social e outros impactos negativos, seja por conta da não regularização de suas terras.

DN – Quem é o real culpado pela situação?

JE - Diria que as elites políticas e econômicas e o Estado Brasileiro são os maiores culpados pela violação de direitos territoriais dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul e em outras unidades da Federação. Isso porque não podemos ser ingênuos e pensar que o Estado é uma entidade sobrenatural onipresente e onisciente.

Enquanto instituição, o Estado esteve por longo tempo exclusivamente nas mãos das elites, inclusive no que se refere a funções importantíssimas no Executivo, Legislativo e Judiciário. Corrigir erros do passado e do presente é importante para reparar danos registrados ao longo do processo de construção do Estado Brasileiro e da sociedade nacional.

DN – Vai continuar morrendo pessoas para que seja resolvida a questão?

JE - Infelizmente tudo leva a crer que mais vidas indígenas serão ceifadas neste holocausto

CONT.



sul-mato-grossense e brasileiro. E isso não significa que os povos indígenas serão extintos ou que a questão fundiária será solucionada no Estado por meio desta estratégia colonialista.

DN – No seu entender, os indígenas precisam apenas de terra?

JE - Os povos indígenas precisam ter de volta parte de suas terras de ocupação tradicional e também necessitam de políticas públicas que reparem os prejuízos registrados durante décadas para que, dessa forma, possam (re) conquistar a autonomia que desejam. Eles não precisam de qualquer terra, sobretudo de terra alheia, mas de um pedaço maior de seu próprio território, das terras que foram usurpadas ao longo do século XX. Necessitam ainda de políticas públicas voltadas à conquista da autonomia que tinham antes e isso não seria um favor do Estado, mas uma compensação por todo o prejuízo registrado até então.

DN – Com a sua experiência de ter 'rodado' o país estudando as causas indígenas, existem diferenças entre os índios de MS e de outros Estados?

JE - Em termos socioculturais, os povos indígenas que vivem em Mato Grosso do Sul são distintos em relação à maioria dos povos originários estabelecidos em outros estados brasileiros. No que se refere a problemas enfrentados pelos Guarani, Kaiowá, Terena, Guató, Kadiwéu, Ofaíé e outros povos indígenas no Estado, os mesmos são grandes devido, também, ao tamanho da população e ao poder do colonialismo regional.

Ocorre que Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena no país, seguramente bem maior que os quase 70 mil apontados em estimativas oficiais mais recentes. Acrescenta-se a isso o fato de o agronegócio ser muitíssimo forte no Estado, mais até do que em outras regiões. Toda esta situação também se deve à antiguidade das frentes de expansão da sociedade nacional na região, especialmente na porção centro-sul do Estado, atingidas por elas basicamente após o término da chamada Guerra do Paraguai (1864-1870).

Afora isso, nota-se que em outros Estados houve governos que se dedicaram mais ao assunto, buscando solucionar certos impasses, inclusive com ajustes nas constituições estaduais, como acontece em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Caso bem diferente ocorre em Mato Grosso do Sul, cujo atual governo estadual é o mais anti-indígena desde a sua criação, em 1977.

DN – No seu entender, os organismos de segurança prestam a segurança necessária para a população indígena?

JE - Geralmente as forças policiais não foram e não estão preparadas para isso, embora o policiamento seja uma necessidade na Reserva Indígena Dourados. Em outras áreas, contudo, forças policiais não são necessárias no momento e tampouco têm sido requisitadas por lideranças indígenas ou mesmo pelo Ministério Público Federal.

DN – Existe uma indisposição dos governos com a população indígena?

JE - Quanto a isso não tenho dúvida alguma, conforme observado nas esferas municipais,

CONT.



estadual e federal. Conheço experiências exitosas de governos municipais que atuam em prol da construção da autonomia das comunidades indígenas, mas isso é exceção à regra. Em Dourados, por exemplo, salvo engano o Executivo nunca teve interesse na criação de uma Secretaria Municipal para Assuntos Indígenas, diferentemente do que existe em Dois Irmãos do Buriti e em outros municípios brasileiros.

DN – A não resolução de problemas básicos e de direito para todo o brasileiro como saúde, educação e saneamento básico, deixa a entender que a intenção de governantes é extinguir a população das Reservas próximas a perímetros urbanos, como Dourados?

JE - Se pudessem, certos governantes teriam mesmo aniquilado completamente as comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul, especialmente as que estão próximas a cidades. Houve até governante que ousou propor, de maneira inconstitucional e leviana, transformar a Reserva Indígena Dourados em um novo município, como que se livrando do que imagina ser um “problema”. Felizmente governos desse tipo não tiveram e dificilmente terão sucesso neste propósito por conta da capacidade de resistência dos povos indígenas. Cedo ou tarde terão que atender a certas demandas indígenas, ainda que isso tenha que ser feito por força da lei.

DN – Para finalizar, a política de cotas tem incluído a população indígena na sociedade?

JE - Política de ação afirmativa é um tema recorrente nas universidades brasileiras, especialmente a partir da década de 1990, quando debates sobre o assunto passaram a ser mais frequentes e a ter mais visibilidade dentro e fora da academia. Está relacionada a medidas especiais para a correção de desigualdades constituídas historicamente, resultado de discriminação, marginalização, exploração, preconceito e outras formas conhecidas para o estabelecimento de assimetrias entre pessoas e grupos humanos na sociedade nacional. Muitas vezes essas desigualdades foram naturalizadas e por isso mesmo não despertam a atenção de parte da população. Por este motivo ações afirmativas, como as chamadas cotas sociais e étnico-raciais, têm sido adotadas em órgãos públicos, como ocorre em universidades estabelecidas em todas as regiões do país. Geralmente estão voltadas ao acesso e permanência de estudantes negros e indígenas em cursos de graduação, mas aos poucos também começam a ser implantadas, e com sucesso, em cursos de mestrado e doutorado.

Em linhas gerais, quando se fala em ações afirmativas nas universidades públicas, nota-se, de fato, que há experiências interessantes sendo aperfeiçoadas aqui e acolá. No Mato Grosso do Sul, para ser mais específico, a Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) tem acumulado experiências exitosas e feito constantes avaliações sobre dificuldades ligadas à permanência de estudantes indígenas e negros nos cursos oferecidos pela instituição. Na Unemat, em Mato Grosso, também há experiências a ser consideradas, bem como na UFSCar e na FURG, respectivamente em São Carlos (SP) e Rio Grande (RS), apenas para citar outros casos.

Ações afirmativas tendem a ser ampliadas em todo o território nacional, inclusive no que se refere à inclusão de indígenas, como ocorre em concursos para professores, agentes de saúde e em vestibulares realizados em universidades públicas. Cedo ou tarde, portanto, quer por

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

iniciativa própria, quer por força da lei e da pressão dos movimentos indígenas, ações afirmativas tenderão cada vez mais a incluir os povos originários, inclusive na região da Grande Dourados.



MPF/MS esclarece falsa notícia divulgada pelo Canal Rural

SÍTIO CIMI, 27.06.2014

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) esclarece a informação divulgada pelo Canal Rural em novembro do ano passado. De acordo com programa da emissora, o Mercado e Companhia, "milhares de índios paraguaios foram trazidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para emitir CPF (Cadastro de Pessoa Física) brasileiro". O MPF instaurou investigação para apurar o fato, que revelou-se inverídico.

O fato noticiado é conhecido pelos jornalistas como "barriga". O termo se refere à divulgação de notícias impactantes sem conferir sua veracidade, apenas pela possibilidade do furo jornalístico ou por ser um fato singular, que é um dos critérios de noticiabilidade utilizado pelos jornalistas.

No Canal Rural, o programa "Mercado e Companhia", que tem como público-alvo produtores rurais, traz informações sobre cotação de produtos e tendências de mercado. A questão indígena, por sempre envolver os agricultores, também é abordada pelo programa. Os espectadores também podem mandar informações através de um portal na internet.

Em 25 de novembro do ano passado, a produção recebeu – e veiculou – um suposto relato do telespectador Renato Portela, de Mato Grosso do Sul. O apresentador do programa, João Batista Olivi, afirmou que "hoje, na cidade de Ponta Porã (MS), a Funai levou milhares de índios do Paraguai para tirar CPF brasileiro".

Ao Ministério Público Federal, Renato afirmou que aquilo que o apresentador do programa João Batista Olivi noticiou não estava de acordo com a realidade. Relatou que, na verdade, viu "cerca de 35 índios acompanhados de carro da Funai", não podendo afirmar com certeza por que estavam lá nem quem os havia levado, muito menos que eram paraguaios.

Batista Olivi, que noticiou o fato que a produção não verificou, afirmou ainda em rede nacional: "Sabe o que eles estão fazendo com isso, né? Eles vão tirar título de eleitor meu amigo. Eles estão jogando o jogo democrático pra tomar o poder".

Confira abaixo vídeo com o que foi noticiado pelo Canal Rural intercalado com o esclarecimento de Renato Portela:

<http://youtu.be/EoxJNBfgfCQ>



Índios denunciam descaso

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 27.06.2014

Além da falta de licenciamento ambiental nas BRs 070 e 158, em Mato Grosso, líderes de povos indígenas apontam outras precariedades

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem

Povos indígenas denunciaram a falta de licenciamento ambiental nas BRs 070 e 158, em Mato Grosso. As comunidades também reclamaram da precariedade da via, que não conta com sinalização, postos de fiscalização e passarelas para pedestres e fiscalização dos órgãos ambientais.

As rodovias federais cruzam Mato Grosso e passam dentro de cinco áreas indígenas das etnias Xavante e Bororo. A BR-070 inicia em Cáceres (218 km de Cuiabá) vai até a Barra do Garças (513 km de Cuiabá), na divisa com Goiás, e segue até Brasília (DF).

Já BR-158 começa no Pará, atravessa Mato Grosso e outros cinco Estados antes de chegar ao Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai.

De acordo com procurador da República Wilson Rocha Assis, o licenciamento ambiental é requisito para grandes obras. Ele afirmou que as rodovias estão em uso há décadas, mas até hoje não possuem o licenciamento. A situação gerou um passivo ao longo dos anos que se traduz em impactos significativos, principalmente para as comunidades indígenas.

"O prejuízo da falta de licenciamento das duas rodovias é da sociedade brasileira. Os primeiros a sofrerem os impactos são as comunidades indígenas que vivem às margens dessas rodovias, mas todo cidadão que passa por ali é afetado".

Conforme Wilson, o MPF está investigando a ausência do licenciamento ambiental das duas rodovias e a morosidade do Departamento Nacional de Trânsito (Dnit) por meio de um inquérito civil público. O Dnit abriu o processo de licenciamento em 2010, mas ainda não concluiu. "A informação mais recente do Dnit é que o órgão está avaliando se há realmente a necessidade de fazer um estudo sobre os impactos causados aos indígenas que vivem ao longo dos trechos das rodovias".

De acordo com o superintendente da PRF em Mato Grosso, Arthur Nogueira, o problema tem que ser resolvido rapidamente. Segundo ele, o impasse influencia diretamente os agentes, já que os indígenas bloqueiam as rodovias por conta dos problemas. No local também ocorrem muitos acidentes por falta de sinalização.

CONT.



Segundo Arthur, somente em 2013, mais de 400 pessoas morreram em acidentes nas rodovias do Estado. Em junho de 2014 já foram registradas 21 mortes.

Segundo o procurador, o tema voltou a ser discutido em reunião realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e 40 lideranças indígenas das duas etnias. Representantes da Superintendência de Assuntos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Dnit foram convidados, mas não compareceram.

Na reunião, as lideranças indígenas reivindicaram também a fiscalização permanente do Ibama e da Funai. Os indígenas ameaçaram tomar atitudes mais drásticas, como voltar a trancar a rodovia, caso o problema não seja resolvido. "Se nada for feito por parte do Dnit, nós teremos que tomar as nossas atitudes. Há quatro anos estamos tentando negociar", afirmaram lideranças da Terra Indígena Sangradouro.

O Ministério Público Federal (MPF) vai pedir que o Dnit providencie emergencialmente a adequação da sinalização e outras obras de segurança, além da conclusão do processo de licenciamento ambiental das BRs 070 e 158, que se estende por quatro anos.



Terra Indígena Buriti: apenas 28% estão garantidos até o momento. E o restante, Ministro Cardozo?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.06.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Como o prazo para a homologação se encerra segunda-feira, dia 30, e somente 11 das áreas ocupadas na Terra Indígena Buriti estavam até esta manhã incluídas no Acordo negociado com o Ministério da Justiça, aparentemente os Terena ainda terão que aguardar um pouco mais para receber de volta a íntegra de seu território. Mantendo-se esse quadro, o total a ser liberado através do Acordo soma 2.741,69 hectares aos 2.090 já homologados. Esses 4.831,69 ha equivalem a apenas 28% da Terra Indígena Buriti: 17.200 ha declarados “de posse permanente” dos Terena através da Portaria nº 3.079, assinada pelo Ministro da Justiça em 27/09/2010.

Na chamada “mesa de negociação”, o Governo Federal aceitou arcar com os custos de uma perícia judicial para ‘desempatar’ entre os R\$ 80 milhões calculados pelo Incra como valor a ser ‘indenizado’ e os R\$ 124 milhões pretendidos pelos ruralistas, a partir de relatório da empresa de consultoria por eles contratada. E se comprometeu ainda, caso a perícia definisse valor superior ao estabelecido pelo Incra, a pagar a diferença com novos precatórios, respeitado como teto máximo os R\$ 124 milhões da avaliação feita pela Real Brasil Consultoria, em abril deste ano.

Mais: a cláusula sexta estabelece que o valor das “benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé” será pago em até 30 dias após a homologação do Acordo, ou seja: ainda este ano. A partir da data desse pagamento, os ocupantes terão um prazo de 90 dias para retirar bens e animais. Imediatamente em seguida, a “A UNIÃO será imitida na posse das áreas (...) devendo ser realizada vistoria que ateste a existência e o estado de conservação das benfeitorias indenizadas” (cláusula 8ª, § único). Ao mesmo tempo, a cláusula 9ª estabelece que o Povo Terena também respeitará este prazo, no que concerne a possíveis retomadas.

Na próxima semana, deverá acontecer uma reunião entre representantes dos Terena e o Ministro da Justiça, em Brasília, para definir os novos encaminhamentos. Caberá a José Eduardo Cardozo dizer como agirá em relação àqueles que não assinaram o Acordo, partindo-se da premissa de que os que forem homologados após a segunda-feira, 30 de junho, só terão precatórios liquidados em 2016. Acima de tudo, espera-se que ele informe quais serão os procedimentos do Ministério para devolver os 72% restantes da Terra Indígena Buriti e cumprir não só a Constituição de 1988, com a Portaria nº 3.079. Aliás, essas respostas não interessam apenas aos Terenas, mas a todos nós.

Fora isso, o fato de apenas 11 das 35 ocupações terem entrado no Acordo até o momento, embora suas reivindicações tenham sido atendidas (exceto a que estabelecia a absurda possibilidade de o Governo acatar uma hipotética avaliação judicial ainda superior aos R\$ 124

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

milhões), leva a pensar que o capital esteja apostando alto no poder da bancada ruralista no Congresso Nacional. Só esquecem que a PEC 215 e outras assemelhadas continuarão a ser aberrações inconstitucionais. E assim deverão ser tratadas pelos poderes constituídos, pela República.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Vídeo em homenagem ao Dia do Pescador e da Pescadora Artesanal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.06.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=LQvc2bB3X8U

Para homenagear o Dia do Pescador e da Pescadora Artesanal, 29 de junho, integrantes da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), vindas de diversos estados do país, reuniram-se nesse vídeo para dizer o que a pesca significa para elas, o que é ser pescadora artesanal. Se emocione com essas mulheres fortes e de luta.

Conheça também a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, causa que vem mobilizando pescadoras e pescadores em todo Brasil, aqui (<http://www.peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>).



Quilombolas de Palmeirinha/MG concretizam projeto arquitetônico e social desenvolvido pela própria comunidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.06.2014

Daiane Souza – Palmares

Ter a casa própria é o sonho de muitos brasileiros e, para muitos deles, ainda é uma realidade distante, uma vez que o perfil econômico dos povos e comunidades tradicionais não lhes permite esse tipo de aquisição. Porém, os moradores do Quilombo de Palmeirinha, situado no município de Pedras de Maria da Cruz, em Minas Gerais, sonharam e foram alto: com muito esforço, alcançaram a possibilidade da moradia e também a adequação do espaço às suas necessidades.

A conquista se deu a partir do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) da Caixa Econômica Federal integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os quilombolas buscaram informações, se dedicaram e conseguiram que fosse aprovado o projeto arquitetônico e social desenvolvido por eles próprios. “O projeto é 100% da associação da comunidade. Somos o primeiro quilombo do país com autonomia na construção das próprias casas”, disse Agmar Pereira Lima, uma das lideranças da comunidade e vereador do município ao qual pertence.

“Foi também a primeira vez que uma comunidade quilombola ‘transformou’ uma portaria do Ministério das Cidades para adequar o projeto de moradia à sua realidade de vida”, explicou. De acordo com ele, uma moradora do quilombo foi capacitada para elaborar a proposta e, hoje, das 140 famílias que compõem a comunidade, 40 já foram beneficiadas.

A conquista se deu a partir de 2011, quando a Fundação Cultural Palmares certificou a comunidade tradicional como remanescente de quilombo. De acordo com Alexandre Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro, a certidão é um instrumento importante de valorização das comunidades. “A partir dela, outros direitos se tornam mais acessíveis”, afirma.

Visão de futuro

Com as casas sendo construídas, a preocupação dos quilombolas de Palmeirinha agora é com a geração de emprego e renda. A maioria das pessoas na localidade tem empregos externos e temporários. São colhedores de café, construtores civis e domésticos. Em sua grande parte, dependentes de programas do Governo como o Bolsa Família.

Na região não há como se viver do agronegócio ou da pecuária. Apesar de o quilombo se localizar às margens do Rio São Francisco, os períodos de seca abrangem grande parte do ano, comprometendo a qualidade dos alimentos ou mesmo, impedindo as plantações.

Para que esse cenário seja mudado, há um esforço em se investir nos jovens e, paralelamente,
CONT.



em projetos sociais próprios. Entre eles, estão uma indústria de laticínios e a implantação de caixas d'água que garantirão a manutenção de viveiros. "Estamos investindo em estudos de viabilidade e mercado para a produção de leite e ervas medicinais", explica Lima, ressaltando que a proposta é a potencialização e a independência financeira do quilombo.

Desenvolvimento

Com vistas a um novo futuro, a população constituída por 85% de analfabetos busca se adequar a realidade sonhada. Quatorze mulheres, alcançaram vagas na universidade com o compromisso de garantir retorno à Pelmeirinha. Outra senhora, uma mestra griô, garante o nivelamento dos conhecimentos tradicionais aos novos saberes adquiridos.

Entre outras conquistas estão a internet gratuita e um telecentro atendido pela universidade mais próxima. Já as ambições são de que se consigam avanços na Educação, na Saúde e em outras áreas. "A expectativa é que em 10 ou 15 anos, nosso quilombo seja o melhor lugar do Brasil para morar. Onde as pessoas tenham dignidade, sejam respeitadas e tenham, acima de tudo, orgulho de ser quilombola", conclui Lima.



Buraco de Rato: Mídia Ninja lança documentário sobre crimes de empresa mineradora
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.06.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vGwM--BD3Gg

O documentário Buraco do Rato revela o esquema de espionagem da Vale S.A, uma das empresas mineradoras que vem causando danos ambientais irreversíveis na Bacia do Rio São Francisco. Esse filme está sendo produzido pelo coletivo Mídia Ninja em parceria com o Comitê Nacional em defesa dos territórios frente à mineração, e será lançado na segunda quinzena de julho.

Articulação Popular São Francisco Vivo

Em maio de 2013. André Almeida, ex-funcionário da Vale e ex-agente das Forças Armadas brasileiras, denuncia a empresa por crimes de espionagem de governos, jornalistas, funcionários, terceirizados e líderes de movimentos sociais. Alega que a empresa mantém espiões infiltrados nos principais movimentos de resistência do país: Rede Justiça nos Trilhos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fraudes, crimes contra a pessoa, denúncias de trabalho escravo, crimes contra patrimônio público, compra de licenças ambientais também fazem parte do pacote de denúncias entregue ao Ministério Público.

O Mídia Ninja visitou quatro estados onde a Vale S. A. opera, entrevistou lideranças perseguidas e ameaçadas pela empresa. Tudo isso para revelar o desrespeito e os crimes cometidos pela empresa contra as populações.

Mais que uma denúncia, o documentário é um alerta para outros países onde a empresa têm se instalado. Hoje a Vale S.A está em 30 países dos 5 continentes, levando suas práticas de espionagem para todo o mundo. No Brasil, o denunciante entregou documentos ao Ministério Público, que demonstram que ela contratava uma empresa que infiltrava pessoas nos movimentos sociais, fazia escutas, espionagem, perseguição e custava aos seus cofres da corporação cerca de R\$ 500 mil mensais.

Serviço:

Lançamento do documentário: Segunda quinzena de julho/2014.
Na página do Ninja/Oximity: www.midianinja.org.br.



Cem anos do contato: Uma crônica de amor, por Elaine Tavares [tocante!]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.06.2014

Em Palavras Insurgentes

A noite caía, e Helga seguia espiando pela janela. Esperava ver o homem que havia dias a espreitava desde o mato, poucos metros adiante. A mãe advertira para que denunciasse qualquer movimento suspeito. Mas como dizer suspeito àquele olhar de doce surpresa? Nunca vira ninguém assim, nem sentira esse sentimento oceânico, que lhe enchia o corpo e a alma. "São bugres, perigosos", dizia o pai, que já mandara seus homens pelo mato para caçá-los. Mas, para Helga, aquele que lhe tomara o coração, era quase um deus.

Foi no princípio do inverno que eles se encontraram. Ela saía com um cobertor e depositara no lugar onde ele sempre estava. Não imaginava que ele aparecesse. Enganou-se. Devagar, ele saiu do meio das árvores. Ela estacou, sem palavras. Ele sorriu, ela também. E ficaram olhando um para o outro, no encantamento. Ele pegou a coberta e se foi. Ela correu. Desde aí se viam todas as noites. Ela pulava a janela e seguia para o mato, onde ele a esperava. Conheciam um ao outro sob o luar, no toque suave de mãos. Ela amava sua cor de cuia, ele amava a tez branquinha. Ela não sabia o significado das palavras xokleng, ele tampouco entendia as dela. Mas, sorriam e tudo estava compreendido.

Até que um dia, ele não veio mais. Ela temeu. Sabia dos "bugreiros", matadores de índios. Já vira, inclusive, o tal de Eduardo Hoerhann, chamado de "pacificador". Ouvira que ele andava convencendo os índios a se integrar ao mundo branco. Parecia-lhe tarefa impossível, tendo eles uma existência tão livre e pura. O pai dizia que eram selvagens, mas a ela parecia que os selvagens eram os brancos. Ouvia e cismava, olhando pela janela, buscando na mata.

Soube, era outubro, que Hoerhann havia atraído uns 400 índios para um posto em Ibirama, mas que ainda havia alguns espalhados pela região de Blumenau. Os "bugreiros" seguiam atuando, caçando os "hostis". Pensou no homem que amava e soube que ele jamais seguiria para o posto. Era certo que estava morto. Não sabia seu nome, não sabia nada além da doçura de seu olhar e do toque suave de suas mãos. Mas, era o suficiente para uma vida. Quando o pai lhe apresentou o futuro marido, nem piscou. Faria o que era devido. Casaria, teria filhos. Sempre fora assim. A diferença é que ela tivera aquelas noites de puro amor.

Passou todos os anos da vida espiando pela janela. A vila cresceu, as árvores sumiram, tudo desapareceu. Tinha noventa anos quando contou do momento mágico que vivera quando era ainda uma menina. A neta andava metida com gente do Cimi, circulando pelas aldeias do povo Xokleng. Viu na garotinha de cabelos esvoaçantes a mesma guria que fora um dia, na velha Blumenau de 1914. Numa tarde de abril falou do encontro com o homem que lhe roubara a alma. "Era um xokleng, vó". Sim, era. E vivera dentro dela esse tempo todo. No silêncio.

Agora, nesse junho de 2014, quando a história registra 100 anos da "pacificação", a neta de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Helga escuta pela televisão sobre a luta do povo Xokleng. Eles estão na Barragem Norte, exigindo que o governo cumpra o acordo feito em 1992, quando precisaram também invadir a barragem construída sobre suas terras. Cem anos se passaram e nada mudou. Na mesa ao lado, alguém maldiz: "são os bugres, vagabundos". Nora pensa na vó, na coragem que teve em viver seu amor, na força que precisou para aguentar a ausência. Olha de novo para os dois casais que sorriem ao lado. "Bugreiros, tal e qual os do passado". Haverá de passar muito tempo até que realmente aconteça o contato, capaz da pureza e do amor, como o vivido por Helga e o jovem guerreiro Xokleng.



Estado promove intercâmbio cultural de artesanato com Indígenas Potiguaras em Campina Grande

SÍTIO PARAÍBA TOTAL, 27.06.2014

A finalidade é incentivar a troca de experiências, a comercialização e a articulação

Uma equipe de 20 indígenas potiguaras, de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, participa, na manhã desta sexta-feira (27), em Campina Grande, de intercâmbio em artesanato, a fim de conhecer experiências que venham a contribuir com a produção e criação do artesanato e o fortalecimento da cultura indígena em seus municípios. A ação, executada pelo Governo do Estado, por meio da Emater Paraíba, integra o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater).

Inicialmente os indígenas farão uma visita à II Mostra Regional da Agricultura Familiar, que ocorre na Praça Clementino Procópio, com a finalidade de incentivar a troca de experiências, a comercialização, a articulação das organizações e a valorização da agricultura familiar. Em seguida, conhecerão o Salão de Artesanato e, por último, a Vila do Artesão, onde devem compartilhar experiências com outros artesãos.

A equipe será acompanhada no evento por articuladores estadual e regional da Rede Temática de Indígenas da Emater Paraíba.

A Emater tem até o final de outubro para concluir 17 atividades iniciadas na primeira quinzena de junho, entre oficinas, intercâmbios, cursos e encontros com os povos indígenas de comunidades de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. As ações envolvem metodologia participativa, artesanato em cerâmica, avicultura alternativa e gestão social em agricultura, fruticultura e apicultura, além de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.

Assessoria



Indígenas do Pará aguardam demarcação de terra autorizada pela Justiça em 2011
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 26.06.2014

Território tradicional dos Borari-Arapium, reconhecido em 2011, espera 'boa vontade' da Funai

BELÉM – O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) pediu à Justiça Federal que faça julgamento antecipado da ação que move contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) para assegurar a demarcação imediata da Terra Indígena Maró, dos indígenas Borari-Arapium, em Santarém (no Pará). Há pressão de madeireiros ilegais para que impedir a demarcação, com registros de violações de direitos, criminalização e cooptação de lideranças indígenas, notícias na mídia local acusando os Borari-Arapium de serem “indígenas falsos” e a presença de grupos armados. O MPF teme novos conflitos na região com a paralisação da demarcação.

“Quanto à identificação dos grupos como indígenas, vigora no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do autorreconhecimento, cabendo à própria comunidade reconhecer-se como pertencente a um grupo com características sociais, culturais e econômicas próprias. É isso que predispõe o art. 3º da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio), bem como os artigos 1º e 2º da Convenção nº 169 da OIT, promulgada por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004”, disse o MPF à Justiça.

O procedimento de demarcação da Terra Indígena Maró começou em 2008. Em 2010, diante da demora, o MPF ajuizou ação pedindo mais rapidez no procedimento. Em outubro de 2011, obedecendo a decisão judicial, a Funai publicou no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), da Terra Indígena. Pela legislação, após a publicação, a Funai teria que abrir prazo de 90 dias para contestações ao relatório. Findo esse prazo, mais 60 dias são previstos para o envio do procedimento de demarcação, com as eventuais contestações, para o Ministério da Justiça. Até agora, o procedimento não foi enviado.

Para o MPF, “a eternização de qualquer processo de demarcação de terras indígenas dá-se à margem da legalidade”. “A conduta da Funai denunciada nestes autos mostra-se, portanto, ilegal, ferindo, neste aspecto, não apenas o princípio correlato da legalidade, mas também os princípios da moralidade, eficiência e publicidade, pois o injustificado silêncio administrativo em lapso temporal tão dilatado estampa a inoperância estatal, a falta de lealdade para com os interessados e a inobservância dos princípios éticos que devem pautar toda a atuação de todo e qualquer agente público”, diz o pedido para julgamento antecipado, feito pelo procurador da república Camões Boaventura.

Quem vai analisar o pedido do MPF é o juiz José Airton de Aguiar Portela, da segunda Vara Federal de Santarém. Caso ele concorde com o julgamento antecipado, pode determinar a demarcação imediata da Terra Indígena sem abrir novos prazos para a Funai.



Funcionários brasileiros alertam sobre morte “iminente” de índios isolados
SÍTIO O NORTÃO, 27.06.2014

Especialistas acreditam que os índios fugiram do Peru, em uma tentativa de escapar ondas de madeireiros ilegais que estão invadindo seu território

Funcionários brasileiros alertaram que índios isolados enfrentam uma “tragédia” e a “morte” iminentes, após um aumento dramático no número de avistamentos na floresta amazônica, perto da fronteira com o Peru.

Especialistas acreditam que os índios fugiram do Peru, em uma tentativa de escapar ondas de madeireiros ilegais que estão invadindo seu território. Agora eles estão entrando no território de outros grupos de indígenas isolados que já vivem no lado brasileiro – e algumas comunidades contactadas.

Índios Ashaninka do estado de Acre, por exemplo, dizem que recentemente encontraram dezenas de índios isolados perto de sua comunidade, e investigações recentes do governo têm revelado avistamentos mais frequentes de pegadas, acampamentos temporários e restos de comida deixados pelos índios.

Estes incidentes estão aumentando os temores de violentos confrontos entre os diversos grupos, e dizimação por doenças contagiosas às quais os índios isolados não têm imunidade.

José Carlos Meirelles, que monitorou esta região para a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), durante mais de 20 anos, disse: “Alguma coisa grave deve ter acontecido. Não é normal um grupo deste tamanho de índios isolados se aproximar desta forma. Este é uma situação nova e preocupante e atualmente não sabemos o que causou isso.”

Os índios foram vistos na mesma região onde índios isolados foram notoriamente fotografados e filmados de um sobrevôo, há quatro anos. Mas a área carece de proteção desde que uma base do governo foi abandonada após ter sido invadida por traficantes de drogas e madeireiros ilegais em 2011.

Os índios isolados são umas das pessoas mais vulneráveis do planeta. Apesar de parecerem saudáveis, eles não têm imunidade a doenças comuns como a gripe e o sarampo, que têm dizimado tribos inteiras no passado.

A FUNAI investigou os relatórios alarmantes dos Ashaninka faz duas semanas. Advertiu que os índios isolados “estão na iminência de um contato” e exigiu que equipes de saúde sejam enviadas para a área urgentemente ou “há risco de contágio por doenças ainda não imunes, podendo levar à morte de todos.”

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 111 / 2014

Brasília, 27 de junho de 2014.

Raoni Metuktire, um líder indígena da Amazônia, que liderou a luta pela terra da tribo Kayapó e contra a destruição da Amazônia, disse durante sua recente visita à Europa, "Onde podem ir os índios isolados? Sem suas terras protegidas, eles vão morrer."

Survival International, o movimento global pelos direitos dos povos indígenas, está instando que os governos do Brasil e Peru protejam todas as terras habitadas por índios isoladas e honrem sua promessa de melhorar a coordenação transfronteiriça para salvaguardar o seu bem-estar.

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse hoje, "As fronteiras internacionais não existem para tribos isoladas, então o Peru e o Brasil devem trabalhar juntos para evitar que vidas sejam perdidas. Ao longo da história, povos isolados foram destruídos quando a sua terra foi invadida, e por isso é vital que o território desses índios seja devidamente protegida. Ambos os governos devem agir agora para que seus cidadãos isolados possam sobreviver."

Autor: Survival International

Fonte: Survival International



Ufopa realiza aulas de línguas indígenas

SÍTIO RÁDIO RURAL, 27.06.2014

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) promove no mês de julho aulas das línguas indígenas: Munduruku e Nheengatu. O objetivo é valorizar as etnias e o modo de ser dos povos indígenas na região Amazônica. O curso visa formar professores das línguas para atuar na rede pública de ensino.

Cada curso tem carga horária de 180 horas. As aulas serão oferecidas em caráter intensivo durante o mês de julho. No caso do nheengatu, haverá uma segunda etapa de aulas em janeiro de 2015, com mais 180 horas.

Podem participar estudantes, professores indígenas e não indígenas e demais interessados. Serão 2 turmas de nheengatu, uma de manhã, das 8h às 12h, e outra à tarde, das 14h30 às 18h30. A turma da língua munduruku será oferecida de manhã, das 8h às 12h. As inscrições custam R\$ 50,00 e podem ser feitas na UFOPA, na sala nº 302 do Campus Amazônia.

Os cursos são promovidos pelo Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, Grupo Consciência Indígena (GCI) e Conselho Indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA).

(Rádio Rural)